

SESSÕES DO PLENÁRIO

14ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 3 de setembro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Sandro Régis, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar os projetos de lei que acabo de anunciar.

Não há expediente a ser anunciado.

Pequeno Expediente.

Não há orador.

Grande Expediente.

Não há orador.

Concedo a palavra ao representante do PSOL para falar ou indicar orador, pelo tempo de 2 minutos.

(Pausa)

Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

(Pausa)

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

(Pausa)

Não há orador.

Fui informado pelos Líderes de que não há orador em nenhum dos horários.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Quero, aqui, ler o requerimento:

(Lê) *“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 23.230/2019, de autoria do Deputado Tiago Correia, que “Proíbe o funcionamento dos cursos de nível médio técnico e superior, na área de saúde, que desrespeitem o limite máximo de 20% (vinte por cento) das aulas na modalidade de educação à distância, em todo Estado da Bahia, e dá outras providências.”*

A Presidência defere o requerimento.

Designo como relator o deputado Targino Machado

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é com muita honra e satisfação que assumo a tribuna desta Casa neste momento, com a responsabilidade de dar o parecer ao Projeto de Lei nº 23.230/2019, de autoria do deputado Tiago Correia, Vice-Líder da Oposição nesta Casa.

O referido projeto proíbe o funcionamento dos cursos de nível médio técnico e superior na área de saúde que desrespeitem o limite máximo de 20% (vinte por cento) das aulas na modalidade de educação à distância em todo o Estado da Bahia, e dá outras providências.

Nobre deputado Tiago Correia, V. Ex.^a traz esse projeto em socorro a algo que sequer deveria ser pensado, professor José Raimundo, que é os cursos, notadamente de saúde, a enfermeira, o médico, serem ministrados à distância. Como acabei de dizer, há pouco, a um ilustre colega, médico da Casa, ao se abrir mão para o que o cirurgião, o enfermeiro ou a enfermeira, que precisam fazer o exame físico do seu paciente para complementar a anamnese, estude à distância, na verdade, é o profissional quem fica à distância da população que ele há de atender no futuro.

Da análise desse projeto, Srs. Deputados, eu quero dizer que o projeto é legal, constitucional, moral, ético e que merece a aprovação desta Casa.

Este é o parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Abstenção, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Aprovado, com a abstenção do deputado Zé Raimundo.

No plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado, com a abstenção do deputado Zé Raimundo **o Projeto de Lei nº 23.230/2019, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 23.230/2019

Proíbe o funcionamento dos cursos de nível médio técnico e superior, na área de saúde, que desrespeitem o limite máximo de 20% (vinte por cento) das aulas na modalidade de educação à distância, em todo Estado da Bahia, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA DECRETA:

Art. 1º - Proíbe o funcionamento dos cursos de nível médio, técnico e superior voltados à formação de profissionais da área de saúde, cuja carga horaria na modalidade de ensino à distância (EAD), seja superior a 20% (vinte por cento) da totalidade do curso.

Art. 2º - Na hipótese de descumprimento desta Lei, a respectiva Instituição de Ensino fica Sujeita:

I – Ao pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado da Bahia UPF/BA e, na reincidência, multa de 1.000 (mil) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado da Bahia UPF/BA;

II- a restituição dos valores recebidos da cada aluno a título de matrícula, acrescido em multa de 100% (cem por cento).

Art. 3º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, indicando os aspectos necessários à sua aplicação e fiscalização, sem prejuízo à atuação do Ministério Público Estadual, dos Conselhos de Fiscalização Profissional e das demais instituições incumbidas do controle desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor após 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2019.

Deputado Tiago Correia

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agora, um outro requerimento.

(Lê) *“Os Líderes dos Bloco da Maioria e da Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 22.757/2019, de autoria do deputado Targino Machado, que “Obriga as farmácias e drogarias no âmbito do Estado da Bahia a manter recipientes para a coleta de medicamentos vencidos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.”*

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo para relatar o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, primeiro, eu quero parabenizar, aqui, o entendimento desta Casa para honrar o acordo firmado em relação aos projetos de autoria dos deputados, e contar um pouco de como esse projeto levou ao entendimento de sua prioridade e hoje ser objeto de votação pelos excelentíssimos Srs. Deputados.

Quando assumi o mandato, tomei a iniciativa, por sugestões de profissionais da área, de fazer um projeto para obrigar as farmácias e drogarias a terem um ponto de coleta de medicamentos vencidos, de cosméticos para que a população tivesse um local para depositar esses medicamentos que, muitas vezes, poderiam ficar em casa e serem manipulados de forma equivocada por uma criança ou até mesmo consumido indevidamente.

E, aqui, fui informado de que havia um projeto de autoria do deputado Targino Machado, um projeto já feito desde o ano de 2018, portanto, anterior à minha iniciativa, e era legítimo que eu retirasse o meu projeto, porque há a questão da antiguidade e também do merecimento da autoria, pois o deputado Targino Machado já tinha tomado a iniciativa.

Então, chegamos ao entendimento de que eu retiraria o projeto em apoio ao dele. E ele gentilmente me sugeriu que falasse com o presidente para relatar a matéria, o que faço a partir de agora.

(Lê) *“O Projeto de Lei nº 22.757/2018 obriga as farmácias e drogarias no âmbito do Estado da Bahia a manterem recipientes para a coleta de medicamentos vencidos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.*

A Assembleia Legislativa

Decreta:

Art. 1º - As Farmácias e Drogarias do Estado da Bahia ficam obrigadas a manter recipientes para a coleta de medicamentos vencidos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos.

§ 1º - O recipiente para coleta deverá ser de material impermeável e com abertura superior, a fim de garantir o depósito dos materiais com segurança;

§ 2º - O recipiente deverá ficar em local visível e de fácil acesso, acompanhado de cartaz informando a importância do descarte dos citados materiais.

Art. 2º - Os resíduos recolhidos devem ser acondicionados em caixas, também impermeáveis, com lacre assinado pelo farmacêutico responsável pelo estabelecimento, permanecendo guardadas em local seguro, afastadas das prateleiras e dos clientes.

Art. 3º - O material recolhido deve ser encaminhado a instituições que possuam planos e programa de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, conforme Resolução da Diretoria Colegiada nº 306, de 7 de dezembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

§ 1º – O encaminhamento referido no “caput” desse artigo fica dispensado se a farmácia ou drogaria adotar programa próprio de coleta e destinação dos resíduos mencionados nesta Lei.

Ou seja, quem não tem programa próprio tem que seguir a orientação da Anvisa.

Art. 4º - Caberá aos agentes da Vigilância Sanitária Estadual a fiscalização da execução desta Lei.

Art. 5º - As farmácias e drogarias que não cumprirem o disposto nesta Lei devem ser notificadas do inteiro teor desta Lei e terão o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para se ajustarem à norma.

Então, ele dá um prazo para que as farmácias se ajustem às normas

Parágrafo Único – Expirado o prazo estabelecido no “caput” deste artigo e persistindo na inobservância desta Lei, o estabelecimento notificado fica sujeito à multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para as farmácias que não se ajustarem à norma.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de março de 2018.

Deputado Targino Machado

Então, eu entendo que o projeto atende aos requisitos legais e constitucionais. Além do mais, é um projeto de alto interesse público e da saúde pública, meritório da aprovação desse Plenário.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, após ouvir o parecer do nobre deputado Robinson Almeida, eu quero, aqui, dar o meu testemunho de que o deputado Robinson Almeida, tão logo chegou para seu mandato, apresentou um projeto similar a esse. Na semana passada ele me procurou, manifestando de forma elegante que retiraria o projeto dele. Eu até sugeri a ele que ele poderia fazer a coautoria do projeto comigo. Ele não aceitou. E eu disse: “Então você vai relatar.”

Agora, bom seria que todos os deputados nesta Casa se comportassem da forma lhana, urbana, civilizada e elegante com que o deputado Robinson Almeida se comportou, desobstruindo as vias respiratórias.

Eu quero, aqui, deixar o meu pleito de gratidão e dizer ao deputado Robinson Almeida que se constroem as coisas dessa forma. Eu acuso o aceno que V. Ex.^a fez a mim e um dia, quem sabe, poderei retribuir.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Parabéns ao deputado Targino, parabéns ao deputado Robinson. Eu acho que é assim que a gente constrói um Parlamento forte. É assim que a gente fortalece a nossa democracia. E é tão bom de ver uma Casa em que a convivência tem sido tão harmônica. Apesar de nós defendermos pontos de vista diferentes, a gente converge sempre quando o interesse da Bahia está acima de tudo.

O Sr. Targino Machado: Pede para melhorar o som. Acho que já melhoraram.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

Agora, no plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado por unanimidade o **Projeto de Lei 22.757/2018, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 22.757/2018

Obriga as Farmácias e Drogarias no âmbito do Estado da Bahia, a manter recipientes para a coleta de medicamentos vencidos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - As Farmácias e Drogarias do Estado da Bahia ficam obrigadas a manter recipientes para a coleta de medicamentos vencidos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos.

§ 1º - O recipiente para coleta deverá ser de material impermeável e com abertura superior, a fim de garantir os depósitos dos materiais com segurança;

§ 2º - O recipiente deverá ficar em local visível e de fácil acesso, acompanhado de cartaz informando a importância do descarte dos citados materiais.

Art. 2º - Os resíduos recolhidos devem ser acondicionados em caixas, também impermeáveis, com lacre assinado pelo farmacêutico responsável pelo estabelecimento, permanecendo guardadas em local seguro, afastadas das prateleiras e dos clientes.

Art. 3º - O material recolhido deve ser encaminhado a instituições que possuam planos e programa de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, conforme Resolução da Diretoria Colegiada nº 306, de 7 de dezembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

§ 1º – O encaminhamento referido no “caput” desse artigo fica dispensado se a farmácia ou drogaria adotar programa próprio de coleta e destinação dos resíduos mencionados nesta Lei.

Art. 4º - Caberá aos agentes da Vigilância Sanitária Estadual a fiscalização da execução desta Lei.

Art. 5º - As farmácias e drogarias que não cumprirem o disposto nesta Lei devem ser notificadas do inteiro teor desta Lei e terão o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para se ajustarem à norma.

Parágrafo único – Expirado o prazo estabelecido no “caput” deste artigo e persistindo na inobservância desta Lei, o estabelecimento notificado fica sujeito à multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de março de 2018.

Deputado Targino Machado

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O próximo projeto é o Projeto de Lei nº 23.422/2019, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Executivo a contratar operações de crédito externo da forma que indique, e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Pastor Tom.

O Sr. Hilton Coelho: Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a já está inscrito aqui, deputado Hilton.

O Sr. PASTOR TOM: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, deputado Euclides, eu ouvi atentamente, aqui, a discussão de V. Ex.^a e aprendi muito com V. Ex.^a nesse momento.

Deputado Euclides e deputado Roberto Carlos, dois jovens que têm uma grande experiência aqui, nesta Casa, e eu procuro aprender com os dois; um de um lado, o outro do outro lado, trazendo assuntos para esta Casa de grande relevância. Eu, como neófito aqui, nesta Casa, o que eu faço é aprender com os mais velhos. E admiro a amizade dos dois, admiro a aliança dos dois, o carinho que os dois têm. Isso é muito magnificante, grandioso para esta casa, deputado Nelson Leal, que pus as minhas digitais, com muito prazer, para V. Ex.^a como presidente.

Mas eu quero, aqui, direcionar o meu discurso ao grande Líder do governo, porque muitas vezes eu falo e ele não me dá atenção, mas não tem problema não, porque os humilhados serão exaltados. Eu já falei aqui sobre a história de Davi.

Mas eu quero dizer a esta Casa que em Feira de Santana, deputado Roberto Carlos, existe uma construção que está parada há mais de 12 anos, ou até mais, que é o Centro de Convenções. Eu fico muito triste porque ali está o recurso do governo do estado, ali está o dinheiro público daquelas pessoas menos favorecidas, que pagaram seus impostos, e não vejo o governo se manifestar.

Eu usei esta tribuna aqui para reclamar, para trazer esta informação porque, quem sabe, talvez o governo não estivesse sabendo que existe uma construção, uma

construção inacabada, inacabada na cidade de Feira de Santana, que é o Centro de Convenções.

E queria, mais uma vez, alertar a esta Casa: aqui estou vendo o governo do estado tomar empréstimo, são empréstimos absurdos, para sua administração. Estou vendo a perversidade do governo do estado também na área da reforma dos policiais militares, e dos funcionários públicos, querendo aumentar a idade dos policiais militares de 56 anos para 60 anos.

Então, também quero que ele abra o seu olho porque ele está querendo intimidar o policial militar para os policiais não irem para a rua fazer greve. Só deve ser isso, está tentando ameaçar para dialogar com a Polícia Militar porque ele não tem diálogo com a Polícia Militar, o governo do estado não tem diálogo.

Mas eu quero me aprofundar e me dedicar ao meu tempo aqui, agora, exclusivo, para que o governo do estado, através do Líder do governo, que despacha todo dia com o governador do estado, venha a ter um pouco de humildade com Feira de Santana e venha a dar continuidade à construção do Centro de Convenções da cidade de Feira, uma cidade onde o governador do estado teve uma quantidade de votos muito grande.

E eu não vou dizer que vejo a marca do seu trabalho lá, na cidade de Feira de Santana. O que eu vejo lá, decano mais antigo não só daqui, da Bahia, mas do Brasil, o que eu vejo lá é puxadinho, Marcelinho...

Deputado Marcelinho, desculpe-me por ter chamado V. Ex.^a de você, mas é V. Ex.^a.

Eu vejo um puxadinho no Hospital Clériston Andrade, eu vejo puxadinho aqui e acolá, e eu não vejo interesse do governo do estado em levar uma grande obra para o município de Feira de Santana.

Aí, eu quero entender, eu procuro entender! É por que o governo, é por que o prefeito é de outro partido? É por que o prefeito não é aliado do governador Rui Costa? Então, eu queria entender.

Eu o vejo sempre estar postando que é “Rui Correria” para cá, é “Rui Correria” para lá, eu só não vejo essa correria em Feira de Santana. Em Feira de Santana é uma maresia, é “Rui Maresia” em Feira de Santana, porque nada acontece, nada acontece, nada acontece, nada acontece!

Então, eu quero dizer, mais uma vez, que usei esta tribuna como deputado neófito. Pedi socorro, eu quero pedir socorro a esta Casa. Socorro, Líder do governo! Ajude ao governador! Que ele mande ou indique lá... que ele venha a prosseguir com a construção do Centro de Convenções, professor Raimundo, deputado Raimundo, o baluarte desta Casa, do entendimento, das biografias. Então, nos ajude! Feira está sofrendo!

Eu queria ver, realmente, a marca desse governo no município de Feira de Santana, deputado Diego, que era meu amigo e, hoje, não é mais meu amigo, mas eu continuo o amando, entende? Eu quero também contar com a ajuda do seu pai, o grande senador, que teve as minhas digitais, e aqui eu não minto.

Mesmo pertencendo a outro grupo, eu posso chegar a usar esta tribuna e dizer que votei no senador Angelo Coronel porque não devo nada a ninguém. A minha vida é um livro aberto e não tenho rabo preso com ninguém. E o pau que dá em Chico tem de dar em Francisco mesmo.

Deputado Euclides, deputado da moralidade, é uma honra. Está feita uma chapinha, a chapa lá para Jequié.

Então, quero pedir ajuda. Nobre deputado Alex da Piatã, deputado que eu estimo muito e que tem um conhecimento muito elevado, que tem uma sabedoria e que tem trânsito livre com o governador Rui Costa, que venha a interceder por Feira de Santana porque eu estou apelando.

Aqui é um apelo! Aqui é um apelo! Feira está sofrendo! Feira está sofrendo porque nós precisamos de um centro de convenções, e não tem. E está lá, acabado. Quem está morando lá, no Centro de Convenções, são os bichos: cobra, escorpião, cavalo, égua, boi, vaca. Virou, agora, um curral a construção que o governo do estado, “Rui Maresia” em Feira de Santana... Ele pode ser correria para outro canto, lá em Feira ele não é.

Desculpem-me até por essa expressão, porque não estou aqui para denegrir a imagem de ninguém, muito pelo contrário. Se eu não puder ajudar, não vou colocar ninguém para baixo, porque não tenho esse poder. Agora, estou falando da sua administração. Está devendo muito em Feira de Santana. Não falou a que veio ainda no município de Feira de Santana, não falou. O puxadinho está lá, do Clériston Andrade, o puxadinho está lá.

Alex, meu amigo, pode ter até 76%, mas lá em Feira, não, lá em Feira prometeu e não cumpriu. Lá, não teve a honradez de honrar o que falou que iria fazer em Feira. E posso usar esta tribuna e dizer com muita sinceridade, só se for em Esplanada que ele deu a palavra e cumpriu, mas em Feira de Santana ele deu a palavra e não cumpriu, em Feira de Santana não cumpriu.

Estimo também o meu amigo deputado Alex, esse jovem que é igual, igual, igual a aquele, entende?, que vai furando tudo. Agora, eu não posso me calar diante de uma situação dessa.

Também queria aproveitar e pedir ajuda aqui, encarecidamente... Já falei com o Líder do PSD, e quero falar com o irmão, o irmão, meu amigo deputado Eduardo Alencar: que peça também a seu irmão, senador da República, para que venha a colocar emenda lá para que o Centro de Convenções venha a se tornar uma realidade. É isso que eu apelo.

Estou trazendo aqui uma denúncia. Não uma denúncia infundada. Eu estou trazendo uma denúncia mostrando uma realidade. Eu posso levar os senhores na hora que quiserem lá em Feira de Santana para verem o que está acontecendo lá, para verem o abandono, o abandono do Centro de Convenções.

Inclusive, nessa ida, se os senhores quiserem ir a Feira de Santana comigo, fiquem despreocupados com a alimentação, porque vou levar vocês na minha comunidade, e nós vamos comer lá uma farofa de carne de sertão.

Então, quero dizer para vocês que Feira precisa do investimento do governo do estado, precisa! O governo tem de olhar para Feira de Santana. Chega, chega de tanto descaso com o município de Feira de Santana.

Eu não quero aqui falar da violência, não quero. Eu não quero falar da saúde, que a saúde em Feira de Santana também não presta. Eu não quero aqui falar da educação do município de Feira de Santana. Olha que estou só me atendo aqui a uma obra do Centro de Convenções em que o governo do estado já gastou milhões, milhões, milhões e não resolveu nada, e não está resolvendo nada.

Então, eu queria a ajuda desta Casa. E posso, aqui, puxar o relatório dos Srs. Deputados que tiveram votação na cidade de Feira de Santana.

Eu não tenho dúvida de que quem mora no interior, a maioria, tem que passar pelo maior entroncamento do Norte/Nordeste, que é Feira de Santana. Oh, terra boa! Que vocês também olhassem para Feira, não só olhassem na época da eleição. Então, vamos nos ajudar, ajudar Feira de Santana.

Também queria conclamar, aqui, o presidente desta Casa, esse jovem simpático, com uma conversa bacana, calma, um influenciador, um homem que é próximo do governo do Estado, para que venha também a nos ajudar com a construção do Centro de Convenções.

Ontem eu tive, aqui, a oportunidade de falar do curso de Comunicação, que a UEFS não tem em Feira de Santana. É um fato. Por que outros lugares menores têm e Feira de Santana não tem? Então, fica a interrogação: por que tanta malvadeza com Feira de Santana? Por que tanto esquecimento com o município de Feira de Santana?

Eu queria também, agora, dizer: Feira de Santana, abra os olhos, pare de ser enganada, porque cada um de nós erramos, na maioria das vezes, sabendo que a coisa está errada. Ninguém faz nada, nada, nada, achando que está certo ou que está errado. Quando a gente se coloca para falar alguma coisa, na maioria das vezes, fazemos a coisa errada e sabemos que estamos fazendo a coisa errada; e faz a coisa certa sabendo que está fazendo a coisa certa. Então ninguém sofre por falta de conhecimento na área da política.

Vocês sabem quem presta e quem não presta, mas, infelizmente, chega a política, vocês votam nesses políticos que não têm compromisso com Feira de Santana e Feira fica, agora, sofrendo, sofrendo. Mas é sofrendo mesmo, porque o governo do estado não investe em Feira de Santana. Aí, quando o governador vai para lá aparece uma meia dúzia de pessoas, na maioria das vezes alienadas, não aliançadas, alienadas, e ficam fazendo oba-oba.

Mas Feira está carente, muito carente desse Centro de Convenções, carente do curso de Comunicação na UEFS, porque esse é um pedido velho. Inclusive, também já apresentei a indicação para o governo, para tentar ajudar. Não quero ser Oposição desonesta aqui, não.

Eu não vou trazer nenhuma denúncia para cá que seja infundada, eu vou trazer qualquer tipo de denúncia para cá com fundamento, porque eu entendo que a verdade sempre vai prevalecer, porque eu nunca vi o mal vencer o bem. Ainda que o mal se

manifeste, fale uma coisa, fale outra, mas lá na frente sempre o bem vai vencer o mal. A verdade vai vencer a mentira.

Então, eu quero que os deputados nos ajudem, ajudem Feira de Santana a ser realmente uma metrópole, porque só tem o nome de metrópole, porque falta tudo em Feira de Santana. Não tem o apoio do governo do estado. O coitado do prefeito fica lá subindo e descendo, tentando organizar a cidade no que ele pode, mas nada de ajuda do governo do estado para o município de Feira de Santana.

Então é com muito pesar, com muito pesar, que eu uso essa tribuna para falar que a saúde de Feira não vai bem, para falar que a educação, pior ainda, que botaram um secretário... botaram um secretário de educação que é pau mandado do governo, está lá só por estar mesmo, está lá só por estar, não manda em nada, mas é muito próximo do governo, então ele está lá com o nome de secretário, mas não assina e não resolve nada.

Eu quero dizer para esta Casa que, pelos investimentos do governo do estado que chega lá, estou triste por Feira de Santana, e esta Casa liberando empréstimo o tempo todo. Para o que, eu não sei, é o tempo todo pedindo empréstimo, para o que eu não sei.

Então eu queria que os senhores, deputados de excelência, eleitos pelo povo, nos ajudasse, falasse com o governador nas suas audiências, porque eu não tenho dúvida de que o governador está recebendo vocês todo mês, não é? Está recebendo vocês todo mês, todo mês eles estão atendendo vocês, estão apresentando audiência lá, levando o prefeito de vocês, e atendendo, e acatando o pedido de vocês. Eu não tenho dúvida de que todo mês o governador está atendendo, em audiência, os Srs. Deputados, eu não tenho dúvida disso.

Também não tenho dúvida de que os senhores já foram agraciados com um espaço no governo. Não tenho dúvida! Para os senhores estarem aqui, numa hora dessa, votando os projetos do governo, é porque está todo mundo satisfeito, feliz e alegre com o governador, que em Feira de Santana é “maresia”, não é correria em Feira. Eu não tenho dúvida disso! Não tenho dúvida disso! Não tenho dúvida!

Mas quero dizer aos Srs. Deputados que Feira está lá de portas abertas, aguardando recursos do governo do estado. Por isso que eu venho usar essa tribuna: para fazer o apelo, para apresentar a minha petição diante dos senhores, diante das senhoras. Que cheguem ao governador e falem: “Governador, o que é que o senhor tem feito por Feira de Santana? Feira de Santana é a segunda maior cidade da Bahia, é bom o senhor marcar o território. Pelo menos, se o senhor puder fazer isso, como estão falando o tempo todo nas audiências...” Não é Júnior Muniz? Eu não tenho dúvida de que o deputado Júnior Muniz, todo mês, ele despacha com o governador Rui Costa, eu não tenho dúvida disso, de que ele está atendendo os seus prefeitos, não é? Pastor João Isidório... Deputado Alex não, porque é Líder de uma coisa, se ele não atender, ele trava aqui, não é? Mas os demais... está todo mundo satisfeito com o governador Rui Costa, estão sendo atendidos, estão sendo assistidos pelo governo. Que vocês estão sendo atendidos todo mês, eu não tenho dúvida disso.

Eu quero contar com a ajuda de vocês, contar com a ajuda de vocês, desses deputados que têm feito um belíssimo trabalho na Bahia. Não é à toa que muitos dos que aqui estão retornaram para esta Casa, porque têm serviço prestado. Ninguém chega a esta Casa sem serviço prestado, ninguém chega.

Então vocês aqui têm o meu respeito, têm o meu respeito, por serem deputados. Agora, eu faço esse apelo, faço esse apelo para que o governo do estado venha ajudar Feira de Santana no Centro de Convenções.

Eu queria também apelar para esse grande profissional do esporte brasileiro, deputado Bobô, camisa 8 do Bahia, que fala todo mês com o governador: que peça por Feira de Santana! Eu não tenho dúvida! Eu não tenho dúvida de que todo mês despacha lá com Rui Costa, assinando suas petições para a cidade de Senhor do Bonfim e adjacências. Que venha interceder por Feira. Para ir para Senhor do Bonfim tem que passar por Feira, deputado Bobô, o camisa 8, o melhor do Brasil. Peço que venha interceder por Feira de Santana. Feira de Santana está sofrendo muito porque o governo do estado não investe naquela cidade, fica só de historinha. Então, é correria em outro canto, porque...

Parlamentar não identificado: Fica de “baratino”!

O Sr. PASTOR TOM: É! (Risos) De “baratino”, não é?

(...) porque em Feira de Santana é “Rui Maresia”! Não acontece nada. Com todo o respeito à pessoa dele, mas a administração é a administração da “maresia” no município de Feira de Santana. Então eu fico triste com isso. Vejo investimentos em outras cidades, amém, é louvável em pontuar a Bahia, mas esquecer da segunda maior cidade da Bahia?... Acorda, Feira! Acorda, Feira!

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Acorda para esse governo que está aí, que não tem compromisso com Feira de Santana.

Mas eu quero concluir as minhas palavras, magnífico Sr. Presidente Nelson Leal, é uma honra usar esta tribuna e ver V. Ex.^a aqui presidindo, mas quero concluir as minhas palavras dizendo que posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da Tribo de Judá. Oh! glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, amigos e amigas presentes, da imprensa, primeiro, Sr. Presidente, é uma alegria muito grande discursar aqui diante de V. Ex.^a, queria, neste momento, fazer um apelo a V. Ex.^a, ao Líder Targino e ao Líder Rosemberg – conversava hoje com o presidente da CCJ – para que nós tenhamos aqui disciplina e até mesmo para que nós não possamos cometer erros, porque em tudo que é feito de maneira açodada geralmente se comete erro, para que nós pudéssemos votar projetos de deputados que passassem antes pela CCJ. Já que

sempre há um acordo prévio, não custa nada nós podermos passá-los pela CCJ. E que isso, presidente, seja uma rotina da sua administração.

Não adianta reunir os deputados para votar só projetos do Executivo e aí colocar um deputado de um lado, um deputado do outro. Por que nós não fazemos isso aqui na próxima terça-feira, reunimos este Plenário para tratarmos, exclusivamente, de projetos de deputados? Acho que pode ser a marca de V. Ex.^a, quebrar essa falsa cultura de que esta Casa não vota projeto de deputado. Já começou, já demos o primeiro passo, vamos errar, vamos acertar, mas se essa cultura positiva for implementada – de votação de projetos de deputados todas as terças-feiras, tendo projeto do Executivo ou não –, tenha certeza de que o próximo presidente que vier não tirará mais.

Mas, senhoras e senhores, presidente, amigas e amigos presentes, vejo aqui o Projeto 23.422/2019, deputado Líder Targino, esse projeto serviu para chamar a atenção que isso não passa de propaganda do governo, deputada Olívia Santana. O desastre administrativo, o descontrole financeiro, que é do governo do estado... E não vou fazer aqui discurso político, eu gosto sempre de tratar com números e com muita responsabilidade a minha fala, nobre deputado Eduardo Alencar.

Veja os dados comparativos das despesas DEA, que, no ano de 2018, estavam na ordem de 1 bilhão e 77 milhões de reais: o que nós vemos já projetado para o ano de 2019, 1 bilhão, 514 milhões, 834 mil e 595 reais, é um aumento de quase 50% de despesas sobre o exercício anterior. Essa é a fórmula que o governo faz? Isso o governo mostra na propaganda? Tenha certeza que não.

Mas vamos falar agora de restos a pagar, deputado Bobô. No ano de 2014, o governo tinha R\$ 646 milhões de restos a pagar; em 2018, 981 milhões, 50 mil, 243 reais de restos a pagar. Isso passa na propaganda do governo, deputado Adolfo Menezes? Tenha certeza que não, deputado Hilton. Isso o governo não mostra. Não sou eu quem está inventando, isso é o relatório do Tribunal de Contas.

Mas vamos mais à frente: aqui, nesse que é o governo do PT, que é o governo do concurso que ele deveria fazer, chama atenção o quantitativo de contratos de REDA, deputada Ivana Bastos. E você sabe que REDA deveria ser por seleção de currículo, mas muitas vezes vem também com o apadrinhamento. Em 2015, 15 mil REDAs existiam no governo do estado. Deputado Luciano Simões, em 2018, 34.358 REDAs! Foram 34.358 REDAs! Isso, com certeza, não passa na propaganda do estado, deputado Jânio Natal.

Esse aqui é o relatório do Tribunal de Contas do Estado, não estou inventando números, estou perguntando por que isso aqui não passa na propaganda do governo...

Programas de incentivos fiscais, outros números importantes em que nós podemos nos debruçar: realizado em 2015, R\$ 2.580,7; realizado em 2018, R\$ 3.308; um total de 11 milhões e 407 reais. Esses, deputado Hilton Coelho, são os programas de incentivos fiscais – tabela 14 – que também nos chamam bastante atenção.

Agora o governo que diz que é exemplo para o Brasil, o governo que se vende na propaganda como o melhor governo, o que dá exemplo, pasme, deputado Capital Alden, é o governo que devolve recursos por incompetência administrativa, por não conseguir realizar os seus convênios, por não conseguir executar suas licitações, se vê

obrigado, deputado Aderbal Caldas, a devolver recursos. Aqui eu quero citar as empresas e as instituições que devolveram recursos nos últimos anos no governo Rui Costa, Rosemberg. Está aqui, não sou eu quem está dizendo: relatório do Tribunal de Contas do Estado, devolução... (lê) “*Tabela 20 – Devolução de recursos por unidade orçamentária...*” Quem não consegue aplicar o seu recurso, quem não consegue executar o seu financeiro, tem que ser demitido porque é incompetente! Ou então há efetivamente...

Vem aqui, fica aqui do meu lado, que é importante você ver, é importante. Nós temos aqui: (Lê) “*Assessoria de Planejamento e Gestão*”. Olhe quanto devolveu, deputado Rosemberg: R\$ 1 milhão em 2015, R\$ 54,8 milhões em 2016, R\$ 8,9 milhões em 2017, R\$ 18,5 milhões em 2018, total de R\$ 83,2 milhões nessa assessoria.

Universidade do Estado da Bahia, meu Deus! (Risos) Universidade do Estado da Bahia, deputado Luciano Simões. Fala-se que a universidade está sucateada, sequer consegue executar o seu orçamento, com uma devolução de recursos na ordem de R\$ 29 milhões.

Nós temos aqui a Assessoria de Planejamento e Gestão da Setur (Secretaria de Turismo) na ordem de R\$ 14,4 milhões, deputado Zó. Nós temos aqui o Fundo Estadual de Assistência Social, deputada Olívia Santana, fala-se tanto em assistência social, e o fundo devolvendo recursos. Eu sei que V. Ex.^a se preocupa muito com a assistência social do nosso estado. Como é que pode um fundo de assistência social devolver recursos na ordem de R\$ 11,4 milhões?! Isso perfaz aqui, só na tabela 20, quase R\$ 314 milhões acumulados em devolução de recursos.

Isso, deputado Aderbal Caldas, chama-se incompetência administrativa. Esse governo não pode ser exemplo para nada nem para ninguém! Não sou eu quem está dizendo, deputado Alex Lima, volto a repetir, eu estou apenas lendo o relatório do Tribunal de Contas. Agora, isso passa na propaganda, deputado Coronel? Não passa, não passa na propaganda, porque na propaganda do nosso amigo Andrezinho o governo é nota G, o governo é campeão. O governo é campeão em tudo, inclusive nas estradas que não faz. Eu conversava aqui com os deputados que estão hoje em Brasília, como o deputado Leur, o deputado Adolfinho... na propaganda do governo se dizia, deputado Alex Lima, que o governo tinha pavimentado 7 mil quilômetros de estradas, 7 mil quilômetros de estradas, é estrada para chuchu, deputado Adolfo, você vai e volta, e ainda sobra asfalto. Agora, quando você começa a percorrer a Bahia, cadê as estradas? Você passa por Itaeté, é um desastre; você passa na região de Jacaraci, outro desastre. São tantas estradas que estão sem pavimentar, mas isso não passa na propaganda do governo. Essa é uma realidade que poucas pessoas conhecem, essa é uma realidade que... só quem vive *in loco* sabe a penúria que passa. Na propaganda do governo, não, está tudo mil maravilhas.

Mas agora eu vou trazer dados que, certamente, vai desfazer toda a minha fala. No quesito transparência, deputado José de Arimateia, esse governo do estado é campeão. Esse, efetivamente, fica em primeiro lugar! Vou ler aqui: estado da Bahia ocupa 22^a posição no quesito transparência. Eu me equivoquei, eu acho que não estou lendo corretamente, 22^a posição em transparência, dados do Ministério da

Transparência e da CGU. Esse é o governo que quer ser exemplo para o Brasil? Esse é o governo que se diz transparente? Esse é o governo que é o antepenúltimo colocado, no Brasil, em transparência, deputado Alex Lima? Não pode ser verdade! Na certa, eu devo estar equivocado, ou então a Controladoria Geral da União está faltando com a verdade, deputado Euclides!

Mas eu tenho certeza que, no quesito desemprego, o estado da Bahia dá exemplo, porque está todo mundo empregado aqui. Vou ler aqui, IBGE: (Lê) *“Bahia tem o maior número de desempregados e desalentados do país”*. Isso é motivo de vergonha, é motivo de chacota para todos nós. O governo da propaganda não é o governo da realidade, porque você só pode dar dignidade a uma pessoa quando ela tem carteira de trabalho, nenhum cidadão quer favor de homens públicos, ele quer a carteira de trabalho, e a Bahia, aqui, mais uma vez, nos envergonha. Esse governo é o último colocado no levantamento do IBGE, o estado tem uma taxa de 17,3% de desemprego, seguido pelo Amapá e Pernambuco. Será que isso é motivo de orgulho para esta Casa? Será que a Base do Governo não está vendo isso? O que é que esta Casa está fazendo ao assistir de maneira calada a esses índices desastrosos? Há uma permissividade de todos nós para que compactuemos com isso aqui. Eu não compactuo.

As menores taxas, deputado Targino, foram a de Santa Catarina, 6%, Rondônia, 6,7%, e Rio Grande do Sul, 8,2%. A gente tem que se espelhar no que é bom, não é vergonha para ninguém copiar o que é bom, tome uma aula de administração no Rio Grande do Sul, vai aprender o que é que acontece em Santa Catarina, pega um avião e vai para Rondônia, saia do discurso, vamos sair mais para a prática. No Brasil, são mais de 12 milhões de desempregados; na Bahia, quase 766 mil pessoas estão nessa situação. Mas isso, senhoras e senhores, amigos aqui presentes, não passa na propaganda do estado.

Vem um quesito agora que é a educação, e esse quesito... Cadê a nobre deputada Fabíola Mansur, que é presidente da Comissão de Educação? Com esse, eu tenho certeza que vou me redimir, que vou dar uma notícia boa para este plenário: (Lê) *“Ensino médio da Bahia fica em último lugar em avaliação do MEC”*. *Esperem aí, que vou ler de novo: (Lê) “último lugar em avaliação do MEC”*! Que vergonha, senhoras e senhores, é uma universidade que devolve recursos, é um ensino médio que é o último colocado... Onde nós vamos parar, professor José Raimundo? Eu sou filho de professora, neto de professor, se a educação não for priorizada, se a educação não for valorizada, o que será das gerações futuras?

E aqui nós temos o ensino médio... último colocado pelo MEC. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, referente a 2017, segundo informações referentes a setembro de 2018, pelo Ministério da Educação: a Bahia tirou nota 3. Reprovada, deputado Aderbal Caldas. É com muita tristeza que eu digo esse índice, do fundo do meu coração, não queria jamais trazer um índice desse para esta Casa, até porque um governo que não prioriza educação, não prioriza o futuro do seu estado. Nisso aqui temos que ter responsabilidade todos nós, isso não pode passar de maneira que todos nós fiquemos calados aqui. A Comissão de Educação precisa, efetivamente, deputado Alan Sanches, já que na sua não há funcionamento porque os deputados da

base não deixam, trazer essa realidade. Último lugar! E eu pensei que iria falar um índice bom aqui, mas vou tentar me redimir, tenho certeza que, ao final da minha fala, o governo do estado vai ter uma nota boa. Estou procurando. Até porque já falei de transparência, 22º colocado; falei de desemprego, o último colocado; trago agora a taxa de educação, o último colocado. Esse é o governo tamanho G. Aliás, por que não tamanho I? “I” de “incompetência”, “I” de “irresponsabilidade”.

A Bahia também foi o pior estado no ensino fundamental final, ou seja, do 6º ao 9º ano. Já no ensino fundamental inicial, do 1º ao 5º, a Bahia ficou com 4,7, mesmo assim, uma nota insuficiente.

Por que não se convoca esse secretário da Educação para ele dizer o que está fazendo pela Educação? Por que não se faz uma atitude efetivamente proativa nesta Casa? Saber com o que podemos contribuir, deputado Hilton, para que a educação melhore. Eu vejo aqui a Bancada do PT calada com a Educação, eu vejo as pessoas do PT não falarem nada. Eu vejo os meus amigos do PCdoB também não falarem nada. E do PSB? Também não falam nada. Que saudade que eu tenho daquela câmara municipal, quando vereadores da oposição, à época, quando eu falava da educação, tripudiavam, subiam...

O Sr. Rosenberg Lula Pinto (fora do microfone): Então volte para lá.

O Sr. PAULO CÂMARA: (...) Não!! Mas eu estou aqui, eu estou falando dos meus colegas vereadores que hoje são deputados, eu estou fazendo uma brincadeira. É para chamar à responsabilidade, Líder Rosenberg. Digo, do fundo do meu coração: não tenho alegria alguma em falar nesses índices. Nenhuma. E tenho a certeza de que o governador se entristece, o governador que governa um estado da grandeza da Bahia não pode ter um número desse no seu currículo. Ou o seu primeiro ano foi um desastre na educação, e ele tem que ter a hombridade para reconhecer, ou, até agora, não disse para que veio. Mas são dados e números levantados e aqui apresentados.

Por último, chegar a esse grande projeto, que é o empréstimo, que provou, deputado Targino, deputado Alan Sanches, desmistificou que o governo da Bahia tem o controle das contas, que o governo da Bahia é excelência em administração pública, deputado Antônio Henrique. Não é nada disso. Estão aqui o relatório do TCE, o relatório da CGU, o relatório do Ministério da Educação, o relatório do IDEB. Agora, na propaganda da Bahia, da TV, das rádios e dos sites, é um governo tamanho G. Eu não sei que G é esse, deputado Marcelino.

Eu sei que muitos dos senhores me olham assim... no fundo me dando razão, tenho a certeza. Pena que não podem falar isso na tribuna, porque bancada de governo tem que se calar e aprovar, fazer o que o seu chefe manda. É assim que funciona. Mas não deveria ser assim porque nós fomos eleitos para estar aqui, sim, defendendo e apoiando aquilo que for bom. Mas contra números, contra fatos... Isso envergonha esta Casa, isso não é digno da gente.

Aqui eu quero fazer um apelo a V. Ex.^a, deputada Olívia, se junte a esse discurso, V. Ex.^a que foi secretária da Educação do município, que fez um bom trabalho na época do prefeito João Henrique. Apesar de ele ter sido um péssimo gestor, V. Ex.^a procurou se diferenciar. Vamos tratar de mudar esses números, o governo da Bahia não pode ser

ridicularizado no Brasil como o pior governo em educação, essa vai ser a marca do governo que está aí.

Por fim, deputado Alan Sanches, V. Ex.^a que sempre defendeu aqui... trouxe números, falo desse famoso empréstimo. O relatório do TCM já apontou, e aqui se chega ao ponto de mais uma sátira nacional, fazer uma cartilha para o governo do estado com 15 itens: como o governo deve se comportar no controle de suas finanças? Isso envergonha a gente, deputado Hilton Coelho. Isso aqui é motivo, efetivamente, de tristeza. Quando o Tesouro Nacional, pela terceira vez consecutiva, dá nota C... Há as notas A, B, C e D. Nota C: é mau pagador, é inadimplente, é uma pessoa jurídica que não honra seus compromissos, é uma entidade que não honra os seus compromissos e não tem credibilidade.

A pior coisa para um governo é não ter credibilidade, nem nacional, nem internacional. Esse é que é o desastre. Porque na vida pública você pode ter tudo, mas, a partir do momento em que você perde a sua credibilidade, você perde o respeito. Ninguém mais senta na mesa com você, nem para tomar um café, porque você passa a não ser digno de confiança, e esse relatório aqui mostra que o governo do estado não está sendo digno de confiança nem merecedor da credibilidade internacional.

E essas 15 sugestões que foram dadas... suspender contratações... E o que nós vemos? O aumento de REDAs. De tudo o que é feito, o governo faz o contrário, sai de 15 mil para 34 mil. Será que não aprende? Está aqui, não sou eu quem está dizendo, deputado Rogerinho, é o STN. Eu sei que V. Ex.^a também vai trabalhar para que isso não aconteça, o pai de V. Ex.^a é prefeito e tem responsabilidade com o município, como o governador deveria ter aqui, mas, infelizmente, aqui está virando a casa do amém. Como diz o Pastor Tom, "Oh! glória!", mas essa glória é uma glória que nos envergonha, essa glória eu não queria dizer neste momento. Eu queria estar dizendo aqui que a Bahia é exemplo para o país em educação, que a Bahia é exemplo para o país na parte administrativa, que a Bahia é exemplo para o país em austeridade. Só na propaganda! Só no discurso! Na realidade, deputado Aderbal, a Bahia é um desastre administrativo, é um desastre na sua credibilidade, é um governo do discurso, da propaganda, e na prática, efetivamente, não traz nenhum resultado para nós baianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Alex Lima assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, achamos importante fazer aqui a nossa demarcação contrária em relação a esse projeto do empréstimo, primeiro pelo fundamento do projeto. Não existem indicadores econômicos que fundamentem esse projeto.

Chega aqui uma proposta de empréstimo, e nós não sabemos a que estão relacionados os objetivos que a secretaria tem em relação a... quais são as metas, os objetivos que vinculam esse empréstimo às ações do governo no campo fiscal. Então

o projeto já chega aqui com uma ausência de critérios relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.

A segunda coisa é que o projeto visa pegar empréstimo num contexto, numa trajetória, que nós não conseguimos compreender. O governo, que, num balanço de 4 anos, fez uma renúncia fiscal na ordem de R\$ 11,4 bilhões chega a esta Casa com um pedido de empréstimo de R\$ 40 milhões. Veja, são R\$ 11,4 bilhões de renúncia fiscal, basicamente para os esquemas do agronegócio e das indústrias transnacionais, e o governo vem, com a cuia na mão, com o pedido de R\$ 40 milhões de empréstimo.

Por fim, é impossível não suspeitar que esse projeto se vincule à discussão que nós vamos fazer aqui amanhã em relação à securitização da dívida do estado, porque é muita coincidência, se faz um projeto de securitização, que nós vamos debater com detalhes amanhã, mas que é um grande esquema do mercado financeiro. É mais um mecanismo, como os Srs. Deputados devem ter visto no texto apresentado pelo Núcleo da Auditoria Cidadã, aqui na Bahia, mas com o apoio de diversos sindicatos, inclusive, do Sindifisco, nacionalmente, mas do Andes, enfim, entidades respeitadíssimas que vêm denunciar essa criação de um novo mecanismo de usurpação do orçamento público para o esquema do mercado financeiro, que é essa proposta de securitização.

Mas esse é um projeto para amanhã. Amanhã nós vamos discutir no detalhe qual é o significado do Projeto 23.409/2018, mas é óbvio que alguém que esteja atento politicamente não pode desvincular uma coisa da outra, porque o projeto de securitização, através de uma manobra em relação aos direitos creditícios, visa os direitos de cobrar do estado e a relação disso com a questão fiscal. É a perspectiva de se ter uma máquina que funcione para alimentar esse esquema do mercado financeiro, que é uma máquina também fiscal.

E é muita coincidência que nesse sentido, ao mesmo tempo que o governo vai aprovar, tenta aprovar e não deve aprovar, o projeto de securitização, chegue também um projeto de empréstimo, portanto de endividamento do estado, relacionado à área fiscal. Ou seja, a securitização já vai causar um dano aos cofres públicos, que é a aprovação do empréstimo na ordem de 40 milhões para criar as condições para que o mercado financeiro abocanhe o recurso do orçamento público. Esse definido no Projeto 23.409, que vai ser discutido amanhã.

Por esses elementos, é que o nosso voto, o voto do Partido Socialismo e Liberdade, da frente de esquerda que nos elegeu, o Partido Comunista Brasileiro e a Unidade Popular, darão voto contrário a esse projeto. Para nós, é um projeto que mostra uma incoerência muito grande do governo quando faz renúncia fiscal, como dissemos aqui. Aliás, queria frisar, porque não apertamos nesse ponto: renúncia fiscal sem qualquer transparência. Os relatórios do Tribunal de Contas do Estado mostram que o governo fez a renúncia fiscal, por exemplo, para grandes empresas internacionais, sem qualquer fiscalização, controle da contrapartida, por exemplo, na manutenção de postos de trabalho, na ampliação de postos de trabalho na Bahia e em um conjunto de contrapartidas que precisariam ter sido dadas por essas empresas. Não existe nenhuma fiscalização ou controle, portanto nenhuma transparência em relação a essa renúncia

fiscal, mas o governo vem e apresenta o projeto na linha do tempo de empréstimo quando faz tanta renúncia fiscal.

Então, para nós é uma demonstração muito evidente de incoerência da parte do governo e que, portanto, não pode ter o voto da frente de esquerda nesta Casa.

Portanto o voto do PSOL, do PCB e da Unidade Popular vai ser um voto contrário a esse projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra o deputado Alan Sanches. (Pausa) Ausente. Deputado Capitão Alden. (Pausa) Ausente. Ele não está presente.

Deputado Tiago Correia, ele não estava presente.

Deputado Tiago Correia, pelo tempo de 20 minutos.

Deputado Tiago Correia, pelo tempo de 20 minutos. O deputado não estava presente. O deputado não estava presente.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu rogo a V. Ex.^a deixar de intransigência, porque intransigência gera intransigência, gentileza gera gentileza. Eu tenho certeza que V. Ex.^a como eu gosto do sono dos justos, V. Ex.^a não está sendo justo seguindo essa trilha. Se fosse deputado da Base do Governo, V. Ex.^a alegaria que ele estaria presente na Casa. Agora, porque vai falar em sentido contrário aos interesses de V. Ex.^a... Espero que V. Ex.^a repense e não aja assim, porque isso vai gerar problemas na condução dos trabalhos nesta casa, no dia de hoje e de amanhã.

Se V. Ex.^a fizer isso, eu quero, daqui, mandar um recado para o Líder Rosemberg e para o Líder Nelson Leal que nós vamos retirar o acordo de amanhã. As coisas não podem ser assim, já está avisada a Casa. Não quero que V. Ex.^a se manifeste, agora, só que retiro o acordo de amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Targino, acho que V. Ex.^a está sendo injusto com este parlamentar. V. Ex.^a teceu alguns adjetivos aí que, com pureza d'alma, eu não acredito que V. Ex.^a fale isso do fundo do coração. Eu chamei por mais de uma vez, o deputado Hilton Coelho, vou explicar a V. Ex.^a...

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a mantém a posição de V. Ex.^a e eu mantenho a minha.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Eu mantenho a posição....

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Alex Lima, são 19h25min, estive presente em todos os momentos da sessão. Eu fui ao lado, na secretaria, que deve estar chegando, para imprimir mais uma parte...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Alan, se for sobre o mesmo tema a matéria está vencida.

O Sr. Alan Sanches: Então pronto, amanhã não tem acordo. Fechado? Um abraço.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Tudo bem, não tem problema.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o deputado Tiago Correia.

Peço para marcarem o tempo do deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, venho a esta tribuna na noite desta terça-feira muito feliz e agradeço aos pares a sensibilidade em aprovar o projeto de lei de nossa autoria nº 23.230, que proíbe o funcionamento dos cursos de nível médio, técnico e superior na área de saúde que desrespeitem o limite máximo de 20% das aulas na modalidade de educação a distância em todo o estado da Bahia e dá outras providências.

Sr. Presidente, esse pleito chegou a esta Casa através de entidades da área de saúde, em especial o Conselho Federal de Medicina Veterinária, que esteve comigo mais de uma vez discutindo esse assunto, que inclusive foi pauta também de discussão em Brasília, quando não só o Conselho Federal de Medicina Veterinária, mas outros conselhos relacionados à área de saúde editaram portarias proibindo a entrega de carteiras profissionais a alunos egressos de cursos onde o ensino a distância ultrapassava 20% da carga horária.

Há uma portaria da União, Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a oferta, por instituições de educação de ensino superior, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial, portaria essa que atinge, presidente Alex, todos os cursos de ensino superior. O art. 1º dessa portaria nos traz aqui que ela dispõe sobre a oferta de disciplinas com metodologia a distância em curso de graduação presencial, ofertados por instituição de educação superior credenciada pelo Ministério da Educação. E no art. 2º, ela diz que essas instituições poderão, desde que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido, introduzir a oferta de disciplinas na modalidade a distância na organização pedagógica e curricular dos seus cursos de graduação presenciais, regularmente autorizados até o limite de 20% da carga horária total do curso.

Então, Sr. Presidente, baseado nessa portaria e entendendo a importância que as matérias de saúde têm na saúde pública de nossa população, resolvi apresentar esse projeto de lei limitando os cursos de saúde na sua carga horária a um limite máximo de 20%. E fico muito feliz que essa matéria tenha sido aprovada nesta Casa, e hoje, na Bahia, já é realidade o que se busca em diversos outros estados do país, e quem sabe uma lei federal normatizando essa boa prática que deve ser observada por todas as instituições de ensino na área de saúde.

Mas, Sr. Presidente, falei mais cedo nesta sessão, e V. Ex.^a me ouvia muito atentamente, inclusive como usuário que é do sistema Ferry Boat, sistema esse criado em 1972 e que hoje opera mal com sete embarcações na sua totalidade e muitas vezes opera com cinco, muitas vezes opera com quatro, realmente um sistema extremamente precário que vem sendo sucateado e negligenciado pelo poder público estadual, sistema esse que transporta por dia 15.000 mil pessoas e uma média de 2 mil veículos, sendo que aos finais de semana e feriados, Sr. Presidente, chega a atender 45 mil veículos e 6 mil pessoas.

O Sr. Jurailton Santos: Um aparte.

O Sr. TIAGO CORREIA: Com o aparte o deputado Jurailton.

O Sr. Jurailton Santos : Obrigado, deputado.

Quero aproveitar a sua fala acerca do Ferry Boat, nós tivemos agora o anúncio do aumento da tarifa do Ferry Boat. E eu recebi várias ligações das pessoas, dos moradores ali da Ilha perguntando se, realmente, esse aumento aconteceria. Por quê? O Ferry Boat, como você acabou de falar, está numa situação precária, a pessoa desembarca ali do Ferry Boat, se estiver chovendo ela vai sair dali toda molhada, porque não tem uma cobertura, não tem um cobertor, não tem um toldo, não tem absolutamente nada para o usuário desembarcar em situação de conforto.

Nós temos também que nos domingos e feriados o valor é diferente, mas o Ferry Boat é o mesmo, a tripulação é a mesma, o serviço é o mesmo. Por que, então, no domingo e no feriado o valor ser diferenciado, se a tripulação é a mesma, o Ferry Boat é o mesmo, o serviço é o mesmo?

Nós temos o embarque dos automóveis, você fica ali na fila 1 hora, 2 horas aguardando o seu embarque, tem as cadeiras ali ao lado, mas não tem um toldo para o usuário aguardar. Se estiver no sol, ele tem que ficar dentro do automóvel dele, se tiver ar-condicionado, naquele calor insuportável, mas não tem um toldo para os passageiros ficarem ali protegidos do sol.

Então, se percebe o aumento da tarifa, esse anúncio do aumento, mas se percebe também que não tem ali a condição para o usuário. No desembarque é um sofrimento, o desembarque do Ferry Boat, aquela cancela que não abre, às vezes dá problema. Então, se precisa aí, deputado, realmente a sua fala é muito pertinente, que se tome ali uma providência urgente naquela questão do Ferry Boat.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Jurailton, muito pertinentes suas palavras, não só dizer que o serviço permanece o mesmo aos finais de semana, mas o péssimo serviço permanece o mesmo, não só a população da Ilha, mas toda a população do Baixo Sul do nosso Estado, que precisa acessar a capital tem que enfrentar o péssimo serviço do Ferry Boat e diversos são os relatos de pessoas que passam mal, que passam mal nas filas, que passam mal no traslado sem contar diversas vezes que as embarcações ficam à deriva.

Hoje, por exemplo, não se pode operar duas embarcações ao mesmo tempo nos terminais, tem que se esperar uma embarcação atracar e se tiver outra ela tem que ficar aguardando até que a embarcação que estiver atracada saia para que ela possa entrar.

Enfim, é um total desrespeito ao consumidor e é assim que o governo do Estado vem tratando a situação do Ferry Boat há anos. Parece, deputado Jurailton, que querem realmente precarizá-lo para vender a ideia da tão sonhada ponte Salvador-Itaparica, que é anunciada ano a ano e de concreto não se vê nada, apenas os gastos nos estudos que são milionários, deputado Alex. E a gente não entende qual é a prioridade do governo, se é prestar um bom serviço ao cidadão baiano, ao cidadão soteropolitano que muitas vezes mora na Ilha e vem diariamente, e quando não tem que enfrentar aqueles navios do Ferry Boat, tem que enfrentar a lanchinha de Mar Grande que oferece outro péssimo serviço de igual controle do governo do estado que parece que fecha os olhos para vender o sonho de uma ponte que a gente não sabe se vai sair do papel.

Deputado Jurailton.

O Sr. Jurailton Santos: A lanchinha é a mesma coisa, e eu faço esse trajeto constantemente, porque eu sou morador de Vera Cruz. Então quando você embarca ali no *ferryboat*, o calor é dentro e o calor é fora, porque dentro o ar condicionado não funciona, experiência própria porque eu constantemente tenho que vir para Salvador, tenho que usar ou *ferryboat* ou a lanchinha.

Então, é preciso, sim, que se tome uma providência, porque do jeito que está é que não pode ficar. As pessoas já relatam da passagem, da tarifa, mas elas dizem: “Olha, que façam, que apresentem um serviço de qualidade.” Que apresentem ali um conforto para que as pessoas possam realmente fazer uma travessia digna porque as pessoas já saem de suas casas para trabalhar aqui, quando voltam cansadas, quebradas, exaustadas e chegam na hora e encontram ali aquela maior dificuldade na travessia do Ferry Boat.

O Sr. Tiago Correia: Agora deputado Jurailton, imagine se as pessoas que atravessam em plena saúde já sofrem desse jeito, quantas milhares de pessoas atravessam o *ferryboat* dentro de ambulâncias, dentro de veículos, pessoas doentes que vem acessar, muitas vezes a rede municipal de saúde de Salvador por conta da proximidade e passam mal no *ferryboat*? E ficam muito pior do que vieram deputado Alex, justamente por enfrentar tenebrosas filas, por enfrentar um tenebroso sistema de transporte que muitas vezes coloca em risco a vida das pessoas. Já temos relatos de veículos que caíram, inclusive, no mar no momento do embarque.

É uma total falta de respeito com o cidadão, uma total falta de respeito com o consumidor e, eu e deputado Pedro Tavares, nós recebemos essa semana ainda na Comissão de Infraestrutura, uma comissão de mobilidade urbana justamente solicitando uma audiência pública que vai ser proposta para tratar do sistema Ferry Boat, sistema esse precário, e o governo do estado parece que fechou os olhos para esse problema justamente para continuar vendendo o sonho de uma ponte que a gente não sabe se vai sair do papel. Vai a leilão o quê? A ponte? Pois é, diz que a ponte vai a leilão.

O deputado Eduardo Salles fala do Ferry Boat, deputado Eduardo, imagine quem não tem um carro para poder vir no *ferryboat* e tem que enfrentar a lanchinha de Mar Grande. Nós temos aí um acidente que fez vítimas, mais de 20 pessoas e até hoje não se tem...

O Sr. Jurailton Santos: E que não foi resolvido nada até hoje.

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) um relatório da Agerba para saber qual foi o motivo do acidente, para entender quem é que vai ser penalizado, enquanto isso vidas foram ceifadas e o governo do estado não se manifesta, inclusive, o governador Rui Costa nem na Bahia estava no momento, sequer se manifestou naquele acidente.

Então, realmente, a gente acha que o governo do estado brinca com a população, principalmente, a população mais carente que precisa desse transporte, muitos deles, diariamente, como relatou o deputado Jurailton, para ir e vir ao trabalho, muitos moram do lado de lá e é isso que encontram do governo do estado.

E por que eu falo isso? O governo, hoje, encaminha a esta casa um projeto solicitando um empréstimo, a autorização para fazer um empréstimo, mas, Sr.

Presidente, como já foi colocado nesta Casa por diversos deputados, a maioria é da oposição, num momento de insatisfação, até um ou outro deputado da base se manifestou, porque o governo não tem capacidade de contrair créditos. Então, não sei porque o governo pede uma autorização, é como se uma pessoa que estivesse no Serasa e que estivesse inabilitada a tomar créditos no mercado, pedisse autorização a um parente ou ao pai: “Meu pai, vou ali no balcão de um certo banco, pegar um crédito, tudo bem?” E o pai autoriza, mas ele está impossibilitado pelos órgãos de controle, é isso que o governo do estado faz hoje nesta Casa, ele brinca com os deputados, ele brinca com a população no momento, e ainda justifica que esse empréstimo é, deputado Targino, para aprimorar o sistema de arrecadação do estado.

Ora, o secretário, competente secretário, inclusive, da Fazenda do governo do estado, tem, sim, ampliado a arrecadação, isso foi demonstrado nos balanços, nesta Casa, mostrando que o governo, sim, sabe arrecadar, sabe cobrar impostos da população, principalmente da população mais carente, sabe cobrar impostos dos seus servidores. O deputado Targino falava hoje mais cedo, nesta Casa, justamente, da reforma previdenciária perversa que o governo Rui Costa empreende nos servidores do estado da Bahia.

Cobrança é com ele mesmo, acho que ele não precisa aprimorar cobrança, agora, no tocante à aplicação desses recursos aí é que nós vemos um total descontrole do governo, nós vemos a saúde em frangalhos, nós vemos a educação com um dos piores Ideb do país, inclusive, a cada ano reduzindo, então, o governo não tem, de fato, aprendido a aplicar bem os recursos.

Talvez, deputado Targino, se esse empréstimo fosse para aprimorar a administração pública estadual, para aprimorar a alocação de recursos, nós estivéssemos aqui com outra postura. Nós vemos os órgãos do governo do estado sucateados, nós vemos uma Adab, como foi falado mais cedo na audiência pública proposta pelo ilustre deputado Sandro Régis, que tratou hoje da cadeia produtiva do cacau, a preocupação, justamente, com doenças que podem chegar e nós temos uma agência de defesa agropecuária totalmente depauperada, totalmente sucateada, com seu quadro funcional em idade avançada justamente pela ausência de concursos. Então, a agência de defesa não está pronta, ela não está pronta para defender pela falta de capital humano, pela falta de material, pela falta de veículos, Sr. Presidente.

O governo do estado vai se aprimorar em arrecadação, sendo que ele já arrecada tanto, quando, de fato, ele não sabe investir os recursos. Então, não podemos ter uma posição diferente da que a Bancada da Oposição terá esta noite, orientada pelo Líder Targino, justamente por entender a ineficiência deste governo que aí está. Governo esse que elegeu, deputado Targino, como principal adversário, o prefeito da capital de Salvador, em todos os discursos aqui da Oposição, nós vemos mencionado o prefeito ACM Neto.

Talvez, deputado Targino, a quantidade de empréstimos que esse governo toma hoje e tantos projetos mirabolantes que vão colocar o governo do estado na condição de devedor, sejam por entender que muito em breve eles deixarão o poder e querem deixar uma conta grande para o próximo governador.

Isso é uma total irresponsabilidade, entendendo que o governo do estado passa por um momento crítico nas suas finanças, governo do estado esse que tem mais de 30 mil funcionários ganhando menos do que um salário mínimo, e agora ele vem propor nesta Casa uma readequação desses salários, querendo fazer acreditar que está, de fato, aumentando a renda salarial desses servidores, quando na verdade ele só repõe a inflação, deputado Targino.

Realmente é vergonhosa a maneira como o governo do estado trata os seus servidores, fazendo, deputado Alex que me olha atentamente, uma perversa formulação aqui de reforma de previdência estadual, perseguindo os servidores, perseguindo os trabalhadores que doam o seu sangue, os seus dias, pelo bem do nosso estado. Então, nós não podemos compactuar com isso, e o governo do estado tem repetidamente enviado a esta Casa projetos que versam exclusivamente...

Vitória 1 x 0, deputado Rosemberg, Líder do Governo, traz aqui a informação que o Vitória acaba de fazer um gol. Robinson também comemora o gol de Wesley. Realmente o Vitória passa por um momento difícil, e esse gol deve de fato ser comemorado.

Sr. Presidente, voltando ao que falava do governo do estado, é inconcebível a administração pública estadual nos dias de hoje. Há anos o governo do estado vem martelando com um discurso e na prática fazendo outra coisa. Nós vemos o governador Rui Costa atacar o presidente Bolsonaro, atacar a reforma da Previdência pela imprensa, quando na verdade articula sua base para votar a favor da reforma e que sejam incluídos os estados, mas ele aplica no nosso estado da Bahia uma reforma muito mais perversa, perseguindo os servidores estaduais que, como eu falei, são a mola propulsora do estado, são as pessoas que detêm as informações, são as pessoas que levam o estado à frente. E o governo do estado tem dado um tratamento péssimo, um tratamento, inclusive, muito diferente do que foi sempre trazido pelo partido do governador nas campanhas políticas, que era defender a classe empregada, que era defender salários melhores, e o que nós vemos é um arrocho salarial de muitos anos sem reajuste, o que nós vemos são mais de 30 mil servidores ganhando menos do que um salário mínimo, o que nós vemos realmente é um completo abandono dos serviços essenciais públicos, sejam eles, deputado Alex, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

O Sr. TIAGO CORREIA: Eu ainda tenho 30 segundos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) educação, saúde, infraestrutura, inclusive relembrando aqui o nosso aeroporto de Vitória da Conquista que teve uma emenda, do então senador Antônio Carlos Magalhães Júnior, que foi perseguida pela presidenta Dilma que, inclusive, inviabilizou o primeiro repasse de quase 20 milhões que foram perdidos, atrasando a obra, imaginando que ela não entregaria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra...

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Excelência, deputado Targino, questão de ordem.

O Sr. Targino Machado: Até os 40 anos todos nós somos incendiários. A partir dos 40 anos... Deputado Robson disse que essa regra, às vezes, é contrariada. Eu tenho certeza que não é o meu caso, deputado Robson. Mas a partir dos 40 anos todos nós nos transformamos em bombeiros. E é na condição de bombeiro que eu esperei que os ânimos se acalmassem, a poeira baixasse para poder criar em V. Ex.^a um meio de cultura mais favorável para atender um apelo de um deputado, colega, amigo, que tanto apreço tem por V. Ex.^a no sentido de que V. Ex.^a pudesse reconsiderar a decisão tomada no calor da emoção e chamasse, pela ordem, os deputados Alan Sanches e Capitão Alden para que pudessem ocupar a tribuna em momentos diferentes.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a sabe do carinho e do apreço. Eu quero apenas, para esclarecer, para que V. Ex.^a não tenha essa opinião sobre a nossa condução aqui na presidência.

O Sr. Targino Machado: Eu sou bombeiro já, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Excelência, como bombeiro, eu vou reinscrever os deputados. Eu vou seguir a ordem das inscrições e vou reinscrever os deputados presentes aqui para atender, de maneira justa, o pleito de V. Ex.^a. E queria, inclusive, pela deferência, pela inscrição, convidar o deputado José de Arimateia para fazer uso da palavra. Na ausência do deputado José de Arimateia eu queria ouvir, com muito prazer, o deputado Targino Machado pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Targino Machado: Gostaria, Excelência, na condição de Líder, de me resguardar para falar por derradeiro, solicitando a V. Ex.^a a permuta com o deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

Espero que V. Ex.^a tenha entendido a posição desta presidência.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Alan Sanches

O Sr. Alan Sanches: Eu estava ali do lado e eu tenho que ser verdadeiro. O deputado José de Arimateia me questionou ali, porque achei que eu era o próximo inscrito. Eu tenho que ser verdadeiro, porque o colega falou comigo e me fez o seguinte questionamento: “Alan, posso ir ao banco?” E deve estar lá no banco. “Dá tempo?” Porque, com certeza, tem a contribuição dele para fazer. Então quero que V. Ex.^a repense, porque essa responsabilidade caiu sobre mim, entendeu?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Alan, eu posso dar a palavra para V. Ex.^a, e chegando ao Plenário, eu reinscrevo o deputado José de Arimateia também, como farei como todos aqueles que não estavam presentes no momento da chamada.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a, agora eu acho que... inclusive o deputado chegou, mas se V. Ex.^a quiser, eu posso me dirigir e falar e depois é o deputado José de Arimateia.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Quem sabe eu sensibilizo o presidente Nelson Leal. Ele faz um rodízio.

Com a palavra, com a palavra... Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a, deputado José de Arimateia, com a generosidade da sua Ex.^a, o deputado presidente, será reinscrito.

O Sr. Alan Sanches: Não, você vai falar depois de mim. Eu, inclusive... Não...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. José de Arimateia: Sr. Presidente, pela ordem, deixa eu explicar... Sr. Presidente...

O Sr. Targino Machado: Alan já explicou...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Há um orador na tribuna, deputado José de Arimateia. Essa matéria foi vencida. V. Ex.^a está inscrito, deputado José de Arimateia, V. Ex.^a está inscrito.

Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente... Espera aí, deixa eu só esclarecer aqui, porque o pessoal... deputado José de Arimateia, deputado José de Arimateia, para que V. Ex.^a saiba, eu só vou ter sempre uma conduta, deputado Targino, e, apesar de alguns apelos... Deputado José de Arimateia, sua atenção, por favor... Rosemberg, deputado... Deputado José de Arimateia... Oh, deputado Alex, deputado José de Arimateia...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. ALAN SANCHES: Eu queria só... vou esclarecer aqui... Eu estava aqui ao lado. Vou repetir porque o deputado José de Arimateia não estava presente. Eu pedi uma questão de ordem, deputado José de Arimateia, mesmo com os apelos, porque alguns deputados já queriam que a gente ultrapassasse o tempo, e disse o seguinte: eu não vou me sentir, em outras palavras, confortável, quando o deputado José de Arimateia chegou, ao meu lado, e perguntou: “Alan, eu posso ir ao banco rápido? Dá tempo? Posso ir ao banco?” E aí V. Ex.^a tinha o que fazer lá no banco e eu disse: pode, porque sou eu. Quando eu me dirigi ao deputado Alex, ele disse assim: “Alan, eu vou ser condescendente com as suas explicações que darei aqui e estou lhe reinscrevendo.” Pronto! A partir daí, seria chamado o deputado Targino.

Targino conversou comigo e eu disse: vamos fazer a permuta, porque na condição de Líder, ele fará o fechamento das discussões, e com isso vai ficar tudo registrado legal eu tomei a palavra, falarei agora e V. Ex.^a falará logo em seguida, com os seus 25 minutos, com a tolerância, para que V. Ex.^a fique mais feliz ainda. Mais 5 minutos depois disso tudo, ele se desestressou.

Bem, então eu queria só explicar... hoje eu tive uma surpresa aqui, eu fui meio surpreendido, deputado Tiago Correia. Veja o que acontece... somos sempre surpreendidos aqui nesta Casa. A gente sabe, é do conhecimento de todos os deputados e deputadas aqui, que o deputado Hilton é um grande orador, e quando eu vi que ele

estava inscrito, tinha 20 minutos para que ele usasse a palavra, eu me dirigi à Secretaria da Mesa apenas para imprimir uma documentação que eu achei pertinente. Quando olhei para o visor da televisão que tem aqui do lado, que eu vi a tribuna vazia, com 8 minutos, ou seja, em vez de falar 20 minutos, o deputado Hilton falou apenas 8. Isso me surpreendeu. Quando eu cheguei aqui para tomar o assento, o deputado Alex falou que já tinha sido chamado e eu precisei esclarecer que estou na sessão desde o início aqui com V. Ex.^{as}, então precisava realmente desse tempo para que pudéssemos participar dessa discussão.

Eu quero dizer, primeiro aproveitando aqui o deputado Euclides, que é extremamente inteligente, um homem que já teve oito mandatos de vereador e mais quatro de deputado, aí ele sai com o deputado, devido à experiência que tem, e queria tirar o mandato legítimo do deputado Targino, dizendo: “Não, o Líder sou eu, porque Targino não está sendo um bom Líder, porque essa Oposição está meia-boca. Essa Oposição está querendo”...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: 2 a 0.

O Sr. ALAN SANCHES: 2 a 0, não foi? Estão felizes, hein? “Vicetória.”

E aí ele disse assim: “Essa Oposição está devagar e o empréstimo vai passar.”

Claro que o empréstimo V. Ex.^{as}, mais cedo ou mais tarde, vão aprovar.

Mas eu quero dizer que estou muito feliz em participar da minha Bancada, porque nós estamos aqui num trabalho árduo, deputado Euclides. Estivemos aqui postergando, postergando, foram semanas, se não me falhe a memória, estamos na quarta semana que o deputado Rosemberg queria votar esse empréstimo, e são 4 semanas. Não foi uma sessão de 2 dias, são 4 semanas que nós conseguimos com habilidade, com obstrução, derrubando sessão, conseguimos fazer essa obstrução por 4 semanas. Não sei se já teve projeto que conseguiu ser tão postergado como dessa vez.

Então essa Oposição, que V. Ex.^a disse que está meia-boca e tal, mas eu entendi o recado. V. Ex.^a queria que nós estivéssemos procurando aqui dificultar cada vez mais para que os deputados do governo tivessem o seu grande valor. V. Ex.^a, extremamente inteligente...

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. Robinson Almeida: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Darei o seu aparte no momento oportuno; no momento oportuno. No momento oportuno. Calma!

Falando isso, eu quero dizer que nós conseguimos com essas 4 semanas de obstrução mostrar à Bahia...

Sr. Presidente, eu queria aqui, o deputado Eduardo Salles aqui...

Sr. Presidente, peça à turma aqui para...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um orador na tribuna.

O Sr. ALAN SANCHES: Muito obrigado.

Dando seguimento a isso, são 4 semanas de obstrução a esse projeto, que a gente queria, enquanto oposição, deputado de oposição, chamar a atenção, e nós conseguimos, deputado Euclides, chamar a atenção da população, da imprensa que a situação econômica e fiscal da Bahia não é às mil maravilhas que se falava durante a eleição. A situação é ruim! E quando fala, eu sempre uso a palavra que “microfone e papel” aceitam tudo! Mas quando a gente traz essa informação, não é só a palavra do orador da oposição. Na verdade, o que nós trazemos aqui são informações da Secretaria do Tesouro Nacional, que tem uma classificação, para todos os estados da Federação, de “a”, “b”, “c” ou “d” – uma nota conceitual. E quando se cadastra “a” e “b”, esses estados, esses entes federativos, vão ter a possibilidade de contrair um empréstimo com o aval da União. Isso significa que eles vão ter essa condição de pagamento depois de toda avaliação que a Secretaria do Tesouro Nacional faz.

E tem a categoria “c” e “d” que são justamente daqueles que estão mal das pernas, que têm uma condição fiscal muito ruim, uma condição econômica pior ainda, um poder de endividamento que não consegue mais pagar as suas contas. Dito isso, a Bahia está na categoria “c”, porque ela não tem mais o aval, ela não consegue que o governo federal seja o fiador de qualquer empréstimo que a Bahia queira tomar.

Falando assim, nós da oposição, tentamos, durante todo esse tempo, mostrar que um estado que não tem mais a condição de se endividar, como quer, neste momento, tomar, contrair mais um empréstimo? Mostramos, ainda, que em 2014, esse mesmo empréstimo, para esse mesmo fim, com esse mesmo objetivo, já tinha sido tomado quando o então governador era ainda secretário, que foi em 2013, ainda era secretário do governador Wagner.

Falando isso, nós queríamos sempre chamar a atenção dos Srs. Deputados que não é justo com a nossa Bahia, que não é justo que o governo do estado traga mais um endividamento com objetivos já contemplados anteriormente. Essa era a primeira parte deste discurso.

Hoje eu estava conversando aqui com o deputado do governo, e, na Comissão de Saúde, eu falei que entraria com uma representação no Ministério Público contra o governo do estado para que apurasse as irregularidades – supostas irregulares, digamos assim – na Bahiafarma. E aí fui surpreendido por esse colega, esse deputado, que disse o seguinte: “Olha, o secretário falou que se você fizer qualquer pronunciamento – imagine o recado que recebo! – “ele vai lhe processar.”

Deputado Luciano Simões, V. Ex.^a imagina o recado que recebi! “Se V. Ex.^a fizer” – se eu fizer – “algum pronunciamento falando da Bahiafarma” que ele disse que era *fake news*, irá me processar. Veja bem, as pessoas eu acho que já me conhecem de um bom tempo, primeiro porque não sou irresponsável; segundo, que eu não sou medroso. Essas duas palavras, esses adjetivos não fazem parte da minha vida nem do meu vocabulário. E para isso quando a gente traz as coisas, a gente traz com responsabilidade, e há diversas, diversas publicações falando da Bahiafarma. Mas escolhi uma publicação pontual, deputado Rosemberg, com a sua atenção, a do Estadão: “*Anvisa suspende testes rápidos da Bahiafarma para dengue, zika, chikungunya e*

febre amarela. Comprados pelo Ministério da Saúde para serem distribuídos na rede pública, os testes tiveram qualidade reprovada”... Reprovada!

Estava fabricando, vendendo para o Ministério Público para serem utilizados pelos cidadãos brasileiros. Foi reprovada! Eu estou lendo a matéria publicada. Reprovada! Continuando, amigos: *“Brasília – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – determinou a suspensão do uso de testes rápidos para diagnóstico de dengue, chikungunya, zika e febre amarela produzidos pela Bahiafarma. Comprados pelo Ministério da Saúde para serem distribuídos na rede pública, esses testes tiveram sua qualidade reprovada por exames analisados pela agência”.*

Então eu falei várias vezes, acho que ele vai estar ciente que eu estou falando que foram reprovados esses testes. E aí ele entre com o processo, que eu recebi o recado, que ele entre contra mim.

“O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou que a pasta...” Isso aqui eu estou lendo, (...) *“afirmou que a pasta irá pedir o reembolso dos recursos usados para a compra dos produtos reprovados. Na última aquisição, feita em 2017, foram 6.5 milhões de testes de dengue, zika e chikungunya, no valor aproximado de R\$ 162,5 milhões. No caso da febre amarela, foram adquiridos 100 mil exames no ano passado. O valor da compra, no entanto, não foi informado pelo Ministério da Saúde nesta quarta-feira.*

No Diário Oficial foi publicada a suspensão temporária apenas de dengue e chikungunya. Por problema na edição, não foram incluídas a suspensão do uso de testes para detecção de zika e febre amarela. A formalização é esperada para a edição desta quinta.

A Bahiafarma estava com parte da sua produção suspensa desde o dia 8 de fevereiro, também por decisão da Anvisa. A decisão havia sido formalizada um dia depois de o Estado...” tal, tal e tal.

(...) *“Os exames foram realizados depois de reclamações...”* imaginem V. Ex.^{as}, (...) *“dos governos de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Acre e Goiás...”* Imagine o mal que esses testes podiam estar fazendo, e fizeram, a milhares de pessoas! Porque se fazia o teste, esse teste dava um “falso negativo”, a pessoa estava doente e não era tratada, porque aquele teste estava dando um “falso negativo”.

Dessa forma, senhoras e senhores, não adianta o secretário de saúde mandar recado dizendo que vai me processar se eu falar. Eu falei aqui já sobre esse tema por 5 minutos, lendo a matéria que saiu no Estadão, mas eu não fiquei satisfeito. E quando eu recebi o recado eu disse: o recado chegou tarde porque eu não só me pronunciei como também abri uma representação no Ministério Público para que essas coisas sejam apuradas, porque eu vou ter limite no meu mandato, mas o Ministério Público vai pedir essas informações e essas informações ficarão claras.

Quando eu digo... em momento nenhum disse aqui que tinha roubalheira, eu não falei que tinha conluio de qualquer parte, eu disse que nós investimos milhões de reais na produção disso e esse dinheiro foi para onde? Deputado Robinson, para onde? Quem vai ser responsabilizado por isso, um já foi. Um já foi, a demissão do presidente da Bahiafarma já saiu, mas quem também é responsável por isso? É só o presidente da

Bahiafarma, que já caiu? Ele foi exonerado, ele foi demitido do cargo, por que será? Mas disseram... o recado que recebi aqui do deputado Alan Castro foi que se eu falasse da Bahiafarma ele iria me processar, porque era fake news. Então são diversas notícias que existem por aí e que nós vamos ver o que será apreciado. Mas eu não fiquei satisfeito e, mais uma vez, eu fui no Diário da União, aí não pode ser *fake news*.

Deputado Niltinho, V. Ex.^a fica muito bem aí, mas está no primeiro mandato e não tome muito gosto aí não viu? O deputado Eduardo já está com ciúme, mas fica muito bem como... V. Ex.^a deputado Niltinho, quero deixar registrado, é um deputado que veio par somar nesta Casa, um deputado cordial, trabalhou muito na sua eleição, eu o encontrei diversas vezes até com uma raivinha boa, mas o que é que esse homem quer aqui rapaz? E o deputado Niltinho, homem de bem, um homem de família, um homem respeitoso, um parceiro aqui. Tem um parceiro sendo do governo, mas é um parceiro nosso.

Mas como eu ia dizendo, deputado Niltinho, eu não fiquei satisfeito com nada disso e aí disse: *fake news*, *fake news*. Eu falei: gente! É tanta notícia, isso não pode ser tanto *fake news* e aí tem aqui no Diário Oficial da União uma Resolução nº 2049, de 26 de julho agora, mês passado, retrasado, 26 de julho, tem 36 dias. O gerente geral de inspeção e fiscalização sanitária, deputado Marquinho Viana, o gerente geral de inspeção e fiscalização sanitária no uso das suas atribuições lhe confere o artigo tal, tal, tal, considerando o descumprimento – olha o que ele fala da Bahiafarma – considerando o descumprimento dos requisitos de boas práticas, olha o que está falando o Diário Oficial da União, não é *fake news*. Considerando o descumprimento dos requisitos de boas práticas de fabricação preconizados em legislação vigente para área de produtos da saúde resolve – olha o que que ele resolve: cancelar, está cancelado, cancelou o certificado de boas práticas de fabricação da empresa, Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, a Bahiafarma, fornecimento e distribuição de medicamentos, ou seja, ele diz o seguinte, não está prestando a Bahiafarma. A forma como a Bahiafarma está sendo conduzida eu não certifico. Pior, não foi isso que ele disse, ele cassou o certificado que já tinha. Cassou, deputado Rosenberg! Sabe o que é isso? Significa que você é tão ruim que eu não vou lhe dar, não, eu vou tirar o que você tem, porque você não merece esse certificado. Imaginem V. Ex.^{as} como está a Bahiafarma.

E é por isso... Não adianta, o debate, quando eu trago as informações, não é de maneira irresponsável, não é como ele disse que o que chegou ao meu conhecimento são *fake news*. Não são. Secretário, vamos com parcimônia, eu não falo nem nos adjetivos que chegaram ao meu conhecimento, o que ele falou sobre a minha pessoa, mas não vamos assim... Eu acho que as coisas são resolvidas no debate, mostrando aqui e trazendo as informações. Quando se cassa um certificado de boas práticas de produção e fornecimento de medicamentos, tem coisa errada. Significa que você não está preenchendo os pré-requisitos necessários. Foi cassado esse certificado. E eu, como disse, entrei com essa representação no Ministério Público para que faça a avaliação dessas supostas irregularidades, supostas irregularidades, para que a gente tenha, realmente, se houver necessidade, o ressarcimento do Erário do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 20 minutos, ao deputado Targino Machado.

(Pausa)

O Sr. Targino Machado: O que é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a que vai falar, mas antes uma foto do deputado Tiago Correia.

Vai ficar por último?

Então, Capitão Alden, pelo tempo de 20 minutos.

(Pausa)

Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o deputado José de Arimateia.

O Sr. Paulo Câmara: Não é o deputado Targino agora, presidente?

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Eu quero deixar aqui registrada uma decepção. A deputada Fátima Nunes pediu um aparte ao deputado Alan Sanches, e ele não atendeu. Ouviu, deputado Alan Sanches? A deputada Fátima lhe solicitou um aparte e V. Ex.^a não lhe concedeu o aparte. Ela tinha muito a contribuir com o pronunciamento de V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): O deputado Targino continua obstruindo.

Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu gostaria de conceder 5 minutos para ser aparteado... Me perdoe, deputada Fátima, eu não prestei atenção...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Vou indeferir a questão de ordem de V. Ex.^a.

O Sr. Alan Sanches: Mas se o deputado permitir, deputado Alex, 5 minutos para o pronunciamento...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Infelizmente, vou indeferir a questão de V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o deputado... O Plenário está ávido para ouvir os 20 minutos do deputado José de Arimateia, esse competente deputado de Feira de Santana.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados. Imprensa aqui presente, *TV Assembleia*, deputada Fátima Nunes, V. Ex.^a quer o tempo para poder... Quer não? Se V. Ex.^a quiser, antes de eu começar o meu discurso.

A Sr.^a Fátima Nunes: Deputado José de Arimateia, eu agradeço a sua deferência, mas eu vou esperar outra oportunidade de o deputado Alan subir à tribuna porque é

uma questão que se refere ao tema que ele estava tratando. Então, muito obrigada pela atenção.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Tudo bem.

Mas Sr. Presidente, hoje é a terceira vez eu que falo desse assunto que trago aqui nesta discussão desse projeto. É a terceira vez que eu gostaria da atenção, também, dos Srs. Deputados, porque eu já, como membro da Comissão de Saúde desta Casa, levei esse assunto, verbalmente, na comissão. Não fui atendido pelos Srs. Deputados, inclusive pelo próprio presidente da comissão que não deu ouvido à apresentação da minha proposição.

Depois, Sr. Presidente, eu fiz também um ofício à Comissão de Saúde desta Casa, deputado Alan Castro, falando sobre a visita ao Hospital de Base de Itabuna. Só hoje já é a terceira vez que falo sobre esse tema, e aqui, já que o Plenário está com quase 80% dos Srs. Deputados, eu gostaria que os Srs. Deputados prestassem um pouco de atenção para a situação que está acontecendo em Itabuna, principalmente os deputados que foram votados naquela região.

A cidade de Itabuna, o Hospital de Base de Itabuna atende 167 municípios, fora a população de Itabuna, e hoje já é a segunda vez que o hospital passa por dificuldades. Mas o que me traz aqui é que há 15 ou 20 dias saiu na imprensa daquela cidade que no mês de julho 130 pessoas foram a óbito naquele hospital. Deputado Niltinho estava na comissão, hoje, e ele ouviu muito bem. Foram 130 pessoas! O que assustou a todos da imprensa. Por quê? Porque no normal, normal que eles dizem que é normal- eu acho que quando a gente perde ou ouve que houve vítima em qualquer hospital é um momento de tristeza-, é uma rotina daquele hospital, todo mês 25, 27 pessoas virem a óbito. Mas no mês de julho foram 130 pessoas.

Eu levei essa discussão na Comissão de Saúde, que é uma comissão legítima, uma comissão permanente, comissão composta por oito deputados titulares e quatro deputados suplentes. Nessa comissão são 12 deputados que a compõem. Eu gostaria que o presidente designasse, mesmo se ele não pudesse ir, devido a sua agenda que nós temos que respeitar, mas que ele designasse pelo menos uma comissão de deputados para fazer uma visita para saberem porque está acontecendo esse fato.

Como é que um hospital, um hospital de referência, um hospital que dá uma assistência a mais de..., se fosse somar o número de habitantes dessas cidades, creio que dá mais de 2 milhões de habitantes, naquela região, incluindo Itabuna. São 167 municípios. E aí, deputados, a situação tem se agravado. Eu pedi ao presidente que acatasse o nosso pedido, que não é do deputado José de Arimateia, não. É um pedido da própria comissão, que representa a todos os deputados.

Eu estive na região de Itabuna, sexta-feira. Estive sexta e sábado e eu não fui no hospital. Sabem por que eu não fui? Porque talvez se eu tivesse ido sozinho, iam dizer que o deputado José de Arimateia estava querendo aparecer. Não! Eu não fui. Sabem por que eu não fui? Por conta disso. Porque num caso como esse, precisa realmente da força política que representa aquela região.

Então, aqui, nós temos vários que foram votados, deputados estaduais, deputados federais, e pra minha tristeza, vendo as pessoas lá, até agora, nenhum deputado

compareceu para saber da direção o que é que está acontecendo, qual é a ajuda que precisa. Isso até agora não foi feito.

Então, eu fiz novamente, hoje, na Comissão de Saúde desta Casa, um apelo ao deputado Alan Castro e, mais uma vez, o deputado não acatou e não colocou em votação, dizendo ele que não tinha quórum de votação. Tinha! Quando eu comecei a falar, logo quando forem abertos os trabalhos, eu pedi uma questão de ordem, e apresentei. Disse, deputado, aqui está o ofício que está na sua mesa. Foi encaminhado à Comissão de Saúde, pedindo urgentemente a essa comissão para fazer uma visita à cidade de Itabuna, para que possamos encontrar uma saída de resolver o problema. A população está chamando o Hospital de Base de Itabuna de “Hospital da Morte!”. O povo está assustado!

Sem contar que segundo as informações que nós obtivemos lá, vários equipamentos desapareceram no hospital. Então, isso precisa de que? Precisa de uma intervenção, precisa que esta Casa venha se pronunciar.

E aí, Srs. deputados, recebendo mais uma vez o silêncio da Comissão de Saúde desta Casa, fui até o presidente deputado Nelson Leal, que eu tenho certeza que ele será sensível a esse hospital, à cidade de Itabuna, à população que ali está representada, que mora ali, às cidades vizinhas, para que eles possam ter sua tranquilidade, para que na hora de procurar um hospital, possam saber que existem as autoridades constituídas que estão tentando resolver o problema. Não importa qual seja o partido do prefeito da cidade. Isso é uma questão de humanidade! Vidas estão sendo ceifadas, vidas estão sendo perdidas! Quando a pessoa morre não volta mais.

Então apresentei esse ofício. E aqui, Srs. Deputados, eu já me dirigi à Comissão da Saúde desta Casa e não me deram ouvidos. E a imprensa sabe disso. Os meios de comunicação da região estão acompanhando que o deputado José de Arimateia chamou a atenção, mais uma vez, da Comissão da Saúde desta Casa.

E aí, eu quero me dirigi à deputada Ivana Bastos, amanhã, o nosso presidente Nelson Leal, vai estar colocando em pauta esse pedido, para que seja designado uma comissão de deputados para irem à cidade de Itabuna saber da gravidade do problema; o que está acontecendo no Hospital de Base. Cento e trinta pessoas até o mês de julho foram a óbito.

Então precisamos saber por que foram a óbito, saber sobre a inadimplência que existe do hospital com os municípios. Vamos conversar com os prefeitos, deputado Zé Raimundo, porque as 167 cidades são pactuadas com municípios. Segundo as informações, a maioria dos municípios está inadimplente com o município de Itabuna. Então isso sobrecarrega. Então qual é o caminho? A nossa ida lá é para isso, para tentar resolver. É uma questão que temos que unir todos os partidos, independentemente de partido “a”, “b” ou “c”. É uma questão que tem que ser resolvida. “Ah, mas é do município o hospital.” É, e aí? Vai ficar assim a situação?

Porque esse hospital até mesmo no ano de 2011 tinham perdido a plena. Era o estado que era o responsável, mas depois voltou. E agora está novamente em crise. Então o que é que tem que se fazer? Temos que sentar com a diretoria e ouvir as explicações. Pedi a minha assessoria para que mantivesse contato com a direção do

hospital. A direção disse que os dados e os números não poderiam ser informados nem por telefone nem por documento. Então, e aí? Quais as explicações?

Então vamos lá, agora não podemos é ficar...

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Deputado Alan Sanches, vou dar, sim. Mas eu queria dizer a todos os Srs. Deputados que nós não podemos ficar esperando a coisa piorar. Sem contar com outro problema sério que tem com a saúde pública, lá em Itabuna, o Hospital São Lucas, que estava na gestão da Santa Casa, e fechou. A Maternidade Esther Gomes também estava para fechar, semana passada, e voltou a funcionar.

Então existe algo tenebroso, perigoso, na saúde pública da cidade de Itabuna. E essa discussão, esta Assembleia, esta Casa não pode ficar de braços cruzados.

Com o aparte o deputado Alan Sanches...

O Sr. Alan Sanches: Deputado José de Arimateia, eu que entrei como deputado nesta Casa, juntamente com V. Ex.^a, sou testemunha da sua luta, da sua guerra que trava em prol e benefício da saúde. E não tem sido diferente quando V. Ex.^a foi o primeiro a trazer esse tema aqui para esta Casa, preocupado com os destinos da saúde, lá em Itabuna, e a quantidade, se não me falha a memória, de 120 óbitos em um mês.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: 130!

Aquilo chamou a minha atenção inclusive como médico, V. Ex.^a sabe, estive ali hoje durante a sessão conversando com o presidente deputado Nelson Leal, e acredito que ele vai indicar V. Ex.^a para que represente a Assembleia Legislativa, e que V. Ex.^a seja o portador dessas informações aqui para Casa.

Acho que V. Ex.^a tem toda a condição e estatura para ir, já que a comissão não aprovou o seu requerimento, que inclusive sou a favor, a deputada Fabíola estava hoje aqui também comigo falando inclusive que gostaria de ir, mas que não foi votado, não foi aprovado na comissão. Então, acho que o caminho de V. Ex.^a, nesse caso, importante para mim, importante para a Casa, é que V. Ex.^a seja indicado pela própria Assembleia, que seja uma missão oficial de V. Ex.^a pela Assembleia Legislativa da Bahia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Deputado, eu incorporo o seu aparte e quero já me colocar à disposição com muita humildade, mas eu gostaria também no caso que não fosse só o deputado José de Arimateia, têm que ir outros deputados. Temos vários deputados que representam aquela região, acho que o critério que o presidente... Eu fui bem votado lá na região, na cidade de Itabuna, acho que o critério deve também passar não só pelos deputados também da região, como é uma questão política quando o deputado vai, então tem que ter o deputado da base de governo e os deputados de Oposição.

Creio que o presidente vai, mas eu me coloco à disposição desde já, já que V. Ex.^a está trazendo essa informação, se acontecer, mesmo se não for eu o indicado, eu irei porque conheço muito bem a história daquela região, principalmente na questão da saúde. Quando eu estava como presidente da Comissão da Saúde, estivemos lá, quando

eu estava também como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, nós também fizemos algumas visitas naquela região em defesa da saúde e qualidade. Enfim, quero aqui dizer que é preocupante a situação do Hospital de Base da cidade de Itabuna.

Eu tenho vários assuntos aqui, Sr. Presidente, olha como o tempo passa, o tempo não vai dar, só tem 4 minutos ali, se alguém pudesse doar.

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): V. Ex.^a tem o tempo que precisar.

O Sr. JOSÉ de ARIMATEIA: Olha, mas, Sr. Presidente, eu falo assim porque tenho muita coisa aqui para falar. Mas eu gostaria já que estamos falando de saúde que é vida, a pessoa com saúde vence.

Gostaria de chamar a atenção para lembrar aos Srs. e Sr.^{as} Deputadas que o Hemoba, a situação que o Hemoba está informando é preocupante, a questão da falta de estoque é bastante crítico, da Bahia, do Hemoba, o estoque de sangue.

E aqui eu quero aproveitar a oportunidade para lembrar que o Hemóvel está aqui na Assembleia Legislativa da Bahia, já realizamos, quando eu estava na frente da comissão nós realizamos vários eventos aqui com o Hemoba, foi mobilizado, inclusive nesta Casa. Quero também dizer que além das unidades fixas de doação o Hemóvel está, desde ontem, realizando atendimento em Feira de Santana, no Hospital Cleriston Andrade, e continua até a próxima sexta, dia 06 de setembro. Os atendimentos serão realizados das 8 às 17 horas. Vale ressaltar que para doar sangue o voluntário deve estar em boas condições de saúde, tem que pesar acima de 50 quilos e ter idade de 16 a 69 anos. Os menores de 18 anos devem estar acompanhados por um responsável legal.

Então, Sr. Presidente, eu tenho outro assunto aqui e aí eu gostaria, mais uma vez, de deixar registrado. Eu recebi aqui um extrato, um extrato das emendas desse deputado, e eu gostaria de ler aqui para vocês: em 2015, 1 milhão e 200 mil que eu indiquei de emendas; em 2016, indiquei 1 milhão 320 mil de emendas; em 2017, indiquei 1 milhão 425 mil e 100 de emendas; em 2018, 1 milhão 504 de emendas. Somando R\$ 5 milhões 449 mil e 180. Sabem quanto foi liberado até agora, Srs. Deputados? Chutem aí? R\$ 340 mil! R\$ 340 mil!

Como é que um governo do estado não cumpre a lei que determina que os deputados têm...só foi mandado R\$ 340 mil. Então, os R\$ 5,100 milhões, onde será que governador está investindo esse dinheiro?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Em barragens.

O Sr. JOSÉ de ARIMATEIA: Não, pelo contrário, deputado, as barragens eu contei três, não foi feita a manutenção em três barragens, disseram que foi feito o orçamento, mas não foi.

Então, está aqui, senhores, pasmem os senhores, o governo do estado da Bahia, o Sr. Rui Costa, deve só de emendas, que era, pelo menos, para melhorar a saúde da população de Itabuna e de outras cidades, R\$ 5,109 milhões. Isso só as emendas do deputado José de Arimateia.

Concluo, dizendo: Isso é uma vergonha, uma falta de respeito aos senhores deputados desta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Com a palavra o nobre deputado Capitão Alden.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, eu gostaria de fazer apenas alguns esclarecimentos a respeito do projeto de lei do Executivo que foi apresentado, protocolado nesta Assembleia Legislativa.

Alguns pontos precisam ser devidamente esclarecidos, segundo o *Diário Oficial* da Assembleia Legislativa cita aqui que o Projeto de Lei de nº 23.489/2019 tem por objetivo proporcionar benefícios para o serviço de segurança pública do estado. Bem como altera o parágrafo 2º do art. 64 da Lei nº 13. 201 de 9 de dezembro de 2014.

Aí eu pergunto aos Srs., será que realmente este Projeto de Lei nº 23.489/2019 tem realmente o objetivo de proporcionar benefícios para o serviço da segurança pública no estado da Bahia? Vamos ver! O teor do projeto é simplesmente para alterar o art. 178 do Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares. Segundo o projeto de lei, ele pretende alterar o art. 178 que trata da reforma e o art. 178 para aqueles que não conhecem e não leram o estatuto diz: “a reforma do policial militar e bombeiro militar dar-se-á *ex officio* e será aplicado ao policial militar que:

§ 1: Atingir as seguintes idades limite para a permanência na reserva remunerada e aí cita alínea “c” dos praças: 56 anos de idade.

A proposta do governador eleva, altera esta alínea “c” que trata dos praças limitando hoje a 56 anos, elevando para 60 anos esta idade.

Explicando em breves linhas, o quê que quer dizer isso aqui? Hoje o policial militar, ele tem duas formas de ir para a reserva remunerada, a primeira delas trata-se uma vez completando 30 anos de efetivo serviço e a 2ª hipótese, essa é a 1ª hipótese ao atingir 30 anos de efetivo serviço, o policial militar que completa esses 30 anos de serviço ele pode solicitar a pedido a reserva remunerada e a segunda forma de reserva remunerada é quando este policial atinge o limite de 60 anos de idade.

O quê que o governador tenta tratar aqui com esse art. 178? Ele não está tratando conforme algumas pessoas comentaram aqui, não está tratando de elevar a idade máxima dos policiais militares que já se encontram na ativa.

Então é interessante, é importante fazer essa ressalva, o governador neste ponto, neste caso específico, neste projeto, não está alterando o limite máximo da idade de permanência dos policiais e bombeiros militares. Se o governador assim o fizesse ele teria tratado no art. 176 do Estatuto dos Policiais Militares que diz o seguinte: “*A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida, mediante requerimento escrito, ao policial militar que contar, no mínimo, com 30 anos de serviço.*”

Então, neste projeto em específico, neste projeto em especial, ele não trata do aumento da idade máxima de permanência no serviço ativo. Se assim o fizesse ele traria o art. 176. O art. 178 que ora o projeto que foi apresentado e protocolado nesta Casa, ele versa sobre a idade máxima que será aplicada aos policiais militares na reforma.

Então, para que os senhores entendam, o policial militar, o bombeiro militar, uma vez estando na reserva remunerada...

Eu vou dar um exemplo simples: o policial ou o bombeiro militar entra na Polícia Militar ou no Corpo de Bombeiros Militar com 18 anos de idade. Após 30 anos, ou seja, 48 anos de idade, ele poderia, em tese, pela lei, atingir o primeiro pré-requisito de ir para a reserva remunerada, após 30 anos de serviço, essa é a primeira condição. Ele estando com 48 anos de idade, em tese, ele poderia permanecer no serviço ativo, não de forma obrigatória, até os 60 anos de idade se assim o quisesse, se assim ele tivesse interesse.

O que é que a lei diz? Reserva remunerada é diferente de aposentadoria dos civis. Uma vez o civil atingindo a idade máxima para o serviço e indo para a aposentadoria ele não pode mais ser reconvocado para o serviço ativo. O policial militar mesmo estando na reserva remunerada, poderá ser reconvocado para o serviço ativo. Por exemplo: grave distúrbio civil, guerras, inundações.

Ocorreu lá em Minas Gerais, em Brumadinho, o Corpo de Bombeiros Militar não tinha efetivo suficiente para ser utilizado naquela tragédia. O que foi que o governador fez? Convocou bombeiros militares que se encontravam na reserva remunerada. Então, lá, assim como na Bahia, prevê que até “x” idade, no nosso caso 56, o policial militar que já se encontra na reserva poderá ser convocado ou reconvocado para reassumir as suas funções, tendo, obviamente, condições técnicas, psicológicas de assumir o seu papel.

Uma vez, o policial militar, passando dos 56 anos de idade, não poderá ser reconvocado para o serviço ativo porque, segundo o estatuto, ele superou a idade máxima prevista de convocação. É a mesma coisa do reservista, hoje, o reservista, uma vez estando na condição de reservista, em caso de guerra declarada ele poderá ser convocado até a idade de 45 anos de idade.

Mas, qual é o meu chamamento deste projeto e as minhas críticas ao governo? Embora ele não tenha mexido no art. 176, que trata da reserva remunerada, do tempo máximo de permanência do policial militar na ativa, ele poderia e, aliás, deveria, até porque já tem mais de 6 anos que não há aumentos salariais, inclusive, correções de acordo com os índices previstos na legislação. Ele não está cumprindo com a legislação no que tange ao plano de carreira. Hoje, é um absurdo, o policial militar, simplesmente, entra soldado na polícia e morre soldado na polícia.

Então, governador, ao invés de estar tentando ampliar de 56 para 60 anos a possibilidade desse policial, querendo, retornar para o serviço ativo, o senhor deveria melhorar as condições de trabalho, aumentar o salário, garantir o fluxo de carreira e garantir essas promoções no tempo certo. Se assim fosse, o policial não teria necessidade de retornar para o serviço ativo.

A grande pergunta, deputado Rosemberg, deputado Targino e demais deputados, por que esse policial tem a necessidade de retornar para o serviço ativo, uma vez se encontrando na reserva remunerada? Porque ele ganha uma merreca. Indo para a reserva remunerada, ele tem descontada uma série de taxas, uma série de elementos, e assim ele passa a ganhar realmente uma miséria.

O policial militar e o bombeiro militar resolvem retornar para o serviço ativo, permitindo serem incorporados em missões específicas, porque ganham realmente muito aquém da sua subsistência.

Então, esse é um ponto que deve ser colocado em xeque. E não fiquem aqui os senhores achando que nós iremos passar batidos. Durante muitos anos, têm chegado projetos a esta Casa e, infelizmente, os policiais não têm sido advertidos, não têm sido devidamente orientados. Projetos danosos, projetos graves – que retiram direitos – têm passado por esta Casa. Quando a tropa vai saber, já aconteceram, já foram votados, e não deu tempo de se mobilizar.

Estaremos atentos efetivamente àqueles projetos que visam retirar direitos, que visam retirar garantias. Realmente o governador é muito sapeca, está preparando uma série de outras armadilhas para poder continuar retirando direitos e garantias dos policiais.

Só para os senhores terem uma ideia, vou trazer alguns números que demonstram que realmente é necessário, é importante que o policial militar deixe o serviço efetivo após 30 anos. Vou citar alguns números. Pesquisas comprovam que os agentes de segurança pública vivem 6 anos a menos que a média nacional. A desculpa de grande parte dos parlamentares, de grande parte das pessoas que desconhecem a realidade policial, é que população tem vivido mais, que a população tem tido mais acesso à saúde, que a média de vida da população tem aumentado.

Tem aumentado, sim, mas os policiais e os bombeiros militares estão na contramão desse aumento da expectativa média de vida da população brasileira. Todos os estudos realizados no Brasil inteiro demonstram, claramente, que o policial militar vive 6 anos a menos que a média nacional.

Segundo item, comparando-se a qualquer outra atividade, a taxa de mortes entre policiais é cinco vezes maior do que a de qualquer outra categoria profissional. Os policiais e bombeiros militares possuem 50% mais chances de morrer em função de problemas cardiovasculares. Outra questão, há o dobro de casos de suicídio entre os policiais e bombeiros militares. Hoje, os policiais e bombeiros morrem três vezes mais do que a média da população por doenças infectocontagiosas.

E esta Casa até poderia aproveitar este momento, com tantos deputados aqui, para aprovar a regulamentação da insalubridade e da periculosidade, que até hoje, deputado Targino, não foi aprovada aqui. Hoje, o policial entra em contato com os mais diversos riscos biológicos, químicos, entra em contato com uma série de substâncias, e ele não está amparado, não está protegido por uma máxima, que é oferecer o direito, a garantia de ele ter assistência e ter o reconhecimento frente ao risco que efetivamente tem.

Outra questão interessante, o pessoal acha que 30 anos é muito pouco. Mas não são contabilizados nos 30 anos de efetivo serviço policial os vários deslocamentos de uma cidade a outra para conduzir presos a delegacias, não são contabilizadas as vezes que os policiais simplesmente são convocados para serem ouvidos nos tribunais, nos fóruns criminais, nas delegacias a respeito daquela ocorrência em que ele se envolveu. Todos esses horários, todos esses momentos não são considerados.

Enfim, se todo esse tempo gasto, se todas essas horas extras que o policial trabalhou forem somadas aos 30 anos de serviço, ao fim da sua carreira ele terá o equivalente a 82 mil horas, o que equivale a 43 anos de serviço duro. Chega-se a esse número somente somando essa carga horária excessiva gasta em deslocamentos para delegacias, para fóruns, onde ficam 3, 4, 5 horas aguardando um delegado chegar, muitas vezes porque a delegacia não tem delegado.

Mais grave do que isso, dos 34 direitos e garantias fundamentais que todo cidadão tem, como direitos trabalhistas, deputado Hilton – você que em breve vai fazer uma grande audiência para tratar dos impactos da reforma da Previdência, inclusive na área dos profissionais de segurança pública –, o PM só tem seis.

É por tudo isso que a gente fala que, efetivamente, o policial militar e o bombeiro militar devem ter, sim, uma aposentadoria justa. Devem contribuir? Devem, como todos os outros. Mas, da forma que o estado hoje nos emprega, nós PMs, BMs e policiais civis, inclusive, estamos simplesmente poupando recursos para o Estado. Se toda essa carga horária de 82 mil horas fosse paga ao longo de 30 anos, o Estado não teria condições de se manter.

Então, se passar pela cabeça dos senhores a hipótese de, na próxima oportunidade, alterarem o art. 176, que trata do limite máximo de permanência no serviço ativo, aí nós vamos brigar muito, porque não é justo, por todos esses fatores que acabei de citar. Nós temos, sim, de ter compromisso com a sociedade e, também, uma reserva digna. O retorno que esperamos é justamente chegar a nossa aposentadoria de forma tranquila e serena.

É grande a quantidade de policiais que cometem suicídio, que cometem desatinos, muitas vezes por pressões. O policial é um indivíduo que vive 24 horas por dia sob adrenalina. Não diminui. O tempo todo tem de estar atento, o tempo todo tem de estar na viatura, a qualquer momento, em qualquer beco, em qualquer rua, em qualquer esquina que ele vire pode haver um tiro em direção à viatura. Então realmente nós exigimos total compromisso em relação a esses profissionais que entregam as suas vidas em defesa da sociedade, do cidadão da Bahia e do Brasil.

Ficam aqui essas palavras deste nobre parlamentar.

Já que eu ainda tenho 4 minutos para falar, gostaria de aproveitar o ensejo e dizer que estamos trabalhando, em setembro, no Brasil e no mundo, o mês da valorização da vida e da prevenção do suicídio.

Como eu já disse aqui, apresentamos um projeto de lei, que está tramitando nesta Casa, nesse sentido. Mas, independentemente de esse projeto vir a ser aprovado agora ou não, eu tenho mantido contato com o próprio prefeito ACM Neto, com os diretores da CCR Metrô, com o pessoal da Sedur, e eles me garantiram que – repito, independentemente da aprovação dessa lei estadual, que será válida para todo o estado da Bahia – a Prefeitura de Salvador já se comprometeu a incluir nos próximos contratos, que versem sobre a implantação de viadutos e passarelas nesta cidade, a obrigatoriedade da instalação de telas de proteção tanto em passarelas quanto em viadutos.

E as passarelas e os viadutos que já estão prontos, que já estão sendo utilizados, serão devidamente trabalhados pela própria CCR Metrô, ampliando a área de cobertura das telas de proteção, que hoje são apenas nas áreas destinadas aos trilhos do metrô. Eles se comprometeram a fazer isso se forem autorizados pelo governo do estado.

Daí o propósito dessa proposição que apresentei aqui. Na verdade, é um projeto indicando ao governador a possibilidade de ele autorizar a Sedur a conceder à CCR Metrô a permissão para que ela possa realizar as obras e as intervenções necessárias para implantar as telas de proteção tanto em viadutos quanto em passarelas.

Sr. Presidente, concedo a palavra ao meu amigo.

O Sr. Jurailton Santos: Capitão Alden, obrigado.

Esse assunto que você falou aí dos viadutos é muito pertinente, porque o número de suicídios tem crescido. Estive em Manaus, no final de semana agora, e falei do seu projeto. Existe lá a Ponte Rio Negro, onde já tivemos, em poucos meses, 30 tentativas de suicídio.

Aí eu propus ao deputado amazonense João Luiz que apresentasse lá um projeto igual ao seu, para que seja colocado também na Ponte Rio Negro as telas de proteção. É preciso que se faça alguma coisa, é preciso que se tome uma providência que dificulte, o máximo possível, que esses acidentes aconteçam.

Depois vou lhe passar o contato dele para você procurá-lo. Parabéns pelo projeto.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Ressalvo um ponto importante: é óbvio que essas telas de proteção em passarelas e viadutos não evitarão, por si só, os casos de suicídios. Quem tem a intenção de se matar o fará em qualquer lugar. Mas a Organização Mundial da Saúde aponta que é dever dos governos estaduais, municipais e federal dificultar, limitar os acessos a esses locais, inclusive com a instalação de telas de proteção em passarelas e viadutos, especialmente nos corredores de tráfego.

Até porque não é somente uma questão de saúde pública; é também uma questão de segurança pública. Imaginem os senhores e as senhoras trafegando com o seu veículo e, de repente, um corpo cai em cima do seu para-brisa? Você, no susto, desvia esse carro, atinge um pedestre, atinge um motociclista ao lado, tem engavetamento.

Portanto, a instalação dessas telas também previne acidentes de trânsito naqueles locais onde os veículos estão trafegando. E também evita que pedestres sejam atingidos por objetos ou mesmo, eventualmente, por corpos.

Obrigado, Sr. Presidente. Finalizo a minha participação.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o último orador, deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, consultando a lista aqui, eu vi que ainda tem um inscrito, que é o deputado Sandro Régis. Assim sendo...

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): O deputado Sandro Régis pediu para ser substituído, nobre deputado.

O Sr. Eduardo Salles: Ele abriu mão.

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Ele abriu mão. (Pausa)

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, o deputado Sandro, Líder do Democratas, acabou de me passar o tempo dele. Então eu falarei por 40 minutos.

Eu não entendi a risada...

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): V. Ex.^a falando por 20 minutos vale por 40.

O Sr. TARGINO MACHADO: Esse é político, viu, deputado Zé Raimundo? V. Ex.^a nem tanto. (Risos)

Sr. Presidente, não comecei a minha fala ainda...

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): V. Ex.^a terá a tolerância necessária.

O Sr. TARGINO MACHADO: Não. Mande, por gentileza, recompor o meu tempo, porque eu vou...

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Eu peço, com toda a satisfação, que o tempo do deputado Targino Machado seja recomposto. Pode falar, deputado, pausadamente, com muita calma, com muita tranquilidade, já que é o último orador inscrito.

O Sr. TARGINO MACHADO: Em vez de recompor o meu tempo, zeraram. (Risos) Obstruí por mais 2 minutos, Excelência.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*...

Quem é o primeiro-secretário da Casa, Sr. Presidente? É a deputada Maria del Carmen? Ela não está presente, mas eu acho que, regimentalmente, é atribuição dela mandar corrigir essa saída de ventilação do ar-condicionado, porque está absolutamente incômoda.

Sr. Presidente, chego a esta tribuna para discutir e fazer uma análise do Projeto de Lei nº 23.422/2019, de origem do Poder Executivo, que visa autorizar o Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica, e dá outras providências.

Autorização para contratar, em nome do estado da Bahia, junto ao BID, operação de crédito externo até o valor equivalente a US\$ 40 milhões, observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão da garantia da União.

Os recursos resultantes da operação de crédito destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia, que é o Profisco.

O Profisco-BA tem como objetivo geral melhorar a gestão fiscal do estado da Bahia e abrir o espaço fiscal mediante o incremento das receitas próprias do estado e a melhora da administração financeira. Para tanto, o programa está estruturado em cinco componentes: I - gestão estratégica integrada; II - administração tributária e contencioso fiscal; III - administração financeira, patrimonial e controle interno; IV - gestão de recursos estratégicos; V - administração do projeto.

A Secretaria da Fazenda é o órgão executor do programa.

O Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado, o Profisco, se iniciou – pena que o deputado Rosemberg não esteja aqui... ah, está ali. Foi a isso a que me referi, a V. Ex.^a e ao deputado Robinson Almeida, há cerca de 3 semanas – em 2013, quando o estado assinou contrato de financiamento com o BID, no valor de US\$ 45 milhões. Desse valor, já foram repassados pelo banco, entre 2014 e 2018, R\$ 123 milhões. O contrato prevê uma contrapartida do estado.

De acordo com o relatório do Fiplan Gerencial, foram efetuadas despesas no período de 2014 a 2018 que totalizam R\$ 117 milhões, sendo R\$ 58,2 milhões de investimentos e R\$ 58,8 milhões de despesas correntes.

De acordo com informações constantes no site da Secretaria da Fazenda da Bahia sobre o programa, os resultados esperados para o respectivo programa são: (lê) *“Alcançar novos patamares de excelência na administração tributária e na administração financeira estadual, como também ampliar a transparência...”* – e aqui eu coloco um grifo – *“(...) das ações governamentais no âmbito de atuação e melhorar os canais de comunicação com a sociedade civil”*. Fecha aspas.

Com relação à transparência, Srs. Deputados, Sr. Líder Rosemberg, a Bahia não avançou muito, pois, de acordo com a CGU, no ranking de transparência, no final de 2018 a Bahia estava em 22º lugar em relação às 27 unidades da Federação. A nota do estado foi 7,23. Em 2014 a Bahia estava em 21º lugar. Ou seja, não avançou nada com o programa, independentemente dos mais de US\$ 45 milhões que foram buscados no mesmo banco.

Isso joga por baixo e para baixo o argumento de V. Ex.^{as} de que esse dinheiro é para melhorar a eficiência e a transparência do Profisco. Na verdade, em 2013 o discurso foi o mesmo nesta Casa, o apelo foi o mesmo do governo federal, e, ao invés de melhorar as condições, notadamente no quesito transparência, a Bahia retrocedeu.

Além disso, a Bahia está ocupando a triste posição C – letra do calote, da falta de compromisso. E o Tesouro chegou ao ponto de sugerir que Rui privatize e corte despesas com pessoal para melhorar a nota na Capag. Ou seja, o governo da Bahia terá de adotar uma série de medidas sugeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional, caso queira melhorar a sua atual nota C na Capacidade de Pagamento.

Entre as sugestões do relatório que roda aqui na Assembleia, inclusive nas mãos de deputados estaduais da Oposição e do Governo, está recomendado ao Executivo baiano privatizar as estatais, suspender novas contratações e evitar a aquisição de empréstimos.

A última recomendação pode ser contrariada ainda nesta terça-feira, dia 3, com a votação do pedido de empréstimo de US\$ 40 milhões – mais de R\$ 160 milhões – na Assembleia Legislativa da Bahia. Apesar de ser um novo empréstimo, o plano do governo com esse dinheiro é investir um montante no Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado, o Profisco, e equilibrar as contas.

Mas não há empréstimo capaz de equilibrar as contas desse governo. O documento do Tesouro Nacional intitulado Guia para o Governador, no caso, para o Rui Costa... vejam a que ponto chegamos, existir uma cartilha, um documento do

Tesouro Nacional intitulado de Guia para o Governador, que lista 15 sugestões a serem adotados pelo gestor que desejar melhorar a sua avaliação na capacidade de pagamento.

Essas sugestões estão divididas em três âmbitos: endividamento, poupança corrente e liquidez. Para que a Bahia reduza o montante de endividamento o Tesouro acredita que o estado deveria suspender novas contratações, pagar precatórios e privatizar estatais. Para aumentar receita, a sugestão é aumento da alíquota de impostos, modernização da máquina arrecadatória, redução de incentivo fiscal e utilização de receitas oriundas de concessões.

No final do seu primeiro mandato como governador, Rui Costa implantou uma reforma administrativa que extinguiu o Centro Industrial do Subaé e a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic). O petista ainda alienou a Bahia Pesca e enxugou a Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder).

E agora está em estudo um projeto de abertura de capital, deputado Alex Lima, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento. Ou seja, está sendo gestada a privatização da Embasa. No sentido de evitar descompasso entre receita e despesa, a Secretaria do Tesouro Nacional ainda indica que Rui evite ou corte despesas com pessoal ou outras despesas correntes.

Em junho deste ano, Rui contrariou a recomendação de que novos incentivos fiscais não fossem criados e, para vencer a crise da viação no estado da Bahia com a falência da Avianca, anunciou uma política extensiva de redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para as companhias aéreas. E esse empréstimo de 160 milhões, que será analisado e votado pela ALBA nesta terça-feira, tem por objetivo melhorar a arrecadação.

Por fim, visando o incremento de disponibilidade de caixa sem vinculação, o guia de conselhos ao governador, feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, traz os três últimos conselhos para o governador petista: desvincular receita, melhorar a gestão de caixa e evitar o acúmulo de restos a pagar. A Bahia, que enfrenta problemas com arrecadação baixa e altas despesas, tem, de acordo com esse relatório do Tesouro Nacional, um resultado orçamentário deficitário em 914 milhões. Ou seja, o estado, em uma crescente, gasta mais do que consegue arrecadar.

Em 2015, o déficit era de 211 milhões, quatro vezes menor do que o visto em 2018, que chega a mais de R\$ 900 milhões.

Essa nota é da Capag, que coloca a Bahia na lista de maus pagadores. Mas o argumento que cerca a bancada de deputados estaduais governistas para justificar esse empréstimo, é que os outros estados com nota semelhante ou nota C, a exemplo de vizinhos nordestinos, também tomaram empréstimos similares. E aí citam como exemplo o governo do Piauí. Que vergonha para a Bahia querer se nivelar ao irmão nordestino, o Piauí, quando podia se espelhar no vizinho estado do Espírito Santo, que surfa na onda da boa gestão, apresentando a nota A, deputado Paulo Câmara.

Ao contrário de seguir a cartilha da Secretaria do Tesouro Nacional, como bem colocou aqui o deputado Paulo Câmara, em 4 anos o governo do estado dobrou o Reda, aumentou a DEA e os Restos a Pagar. E devolveu – isso é uma vergonha – 314,9 milhões à União. Dados apontados em relatório realizado por auditores do Tribunal de

Contas do Estado trazem uma série de alertas para a situação fiscal da Bahia. Inclusive nós passamos, eu passei um release dessa nota, já foi veiculado em alguns sites, que eu passo aqui e agora a ler resumidamente.

(Lê) *“Em quatro anos do primeiro ano do mandato do governador Rui Costa (PT), o estado dobrou o número de contratados por Regime Especial de Direito Administrativo (Reda), aumentou a prática de Despesa de Exercício Anterior (DEA) e Restos a Pagar (RAP), além de devolver ao governo federal R\$ 314...”, quase 315 milhões, “(...) de recursos para convênios por não conseguir executar.”*

Eu imagino como é que um governo que permite a devolução de 315 milhões porque não conseguiu executar convênios ainda jactar-se a dizer que a Bahia tem uma boa gestão fiscal.

(Lê) *“(...) os números revelam como o governador tem contrariado as práticas de uma boa gestão e desconsiderado as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para que a Bahia deixe a incômoda classificação ‘C’ da capacidade de pagamento (Capag).*

‘A STN orientou que Rui reduza DEA e RAP, melhore a gestão de caixa e modernize a máquina arrecadatória. Nada disso tem sido feito, ao contrário. Os problemas vão se acumulando, colocando a Bahia em um buraco tamanho G’...”.

“(...) Segundo os relatórios do TCE, o exercício financeiro de 2018 fechou com DEA de R\$ 1 bilhão, o que (...) se caracteriza como ‘uma operação de crédito irregular. DEA é uma eventualidade que Rui transformou em’...” regra. “(...) ‘É algo para acontecer somente em casos extremos, mas na Bahia virou uma manobra para maquiar as contas’.”, as pedaladas fiscais. “Os dados de 2019 são ainda piores: o volume de DEA já está em R\$ 1,5 bilhão. Este foi o principal fator que levou os auditores da Corte a orientarem pela rejeição das contas de Rui. A STN ainda orientou a redução dos RAP, mas Rui tem feito o contrário. Em 2018, o volume atingiu R\$ 981 milhões, o maior dos últimos quatro anos.

O número de contratados por Reda subiu de 15.528 em 2015 para 34.358 no ano passado...”, em 2018. ““Rui precariza as contratações, prejudicando os trabalhadores”. E de forma especial prejudicando a Previdência dos servidores, porque se esses funcionários – em vez da mão de obra ser precarizada – estivessem dentro do serviço público, os recolhimentos em vez de irem para o INSS, como acontece hoje, estariam indo para a Previdência, e a Previdência não estaria com o rombo que está hoje, segundo o governador, em R\$ 4 bilhões.

(Lê) *“Os dados do TCE ainda apontam que o estado devolveu à União, entre 2015 e 2018, R\$ 314...”, quase R\$ 315 milhões. “(...) ‘Enquanto isso, Rui fica fazendo politicagem na imprensa dizendo que o governo federal persegue a Bahia. Na verdade, a má gestão dele é que prejudica a Bahia. Devolver recursos por não conseguir executar é uma clara evidência de gestão...” incompetente, “(...) ineficiente’ (...).*

Em outra orientação...”, Sr. Presidente Nelson Leal, “(...) a STN indica que o governo do estado reduza os incentivos fiscais concedidos. Rui, contudo, vai na contramão da indicação técnica. De 2015 a 2018, foram mais de R\$ 11 bilhões de

incentivos, sendo R\$ 3,3 bilhões somente no ano passado. (...) a política de incentivos fiscais adotada pelo governo Rui não tem surtido efeito.

‘A Bahia tem hoje a maior taxa de desemprego do país (17,3%)’...”. A Bahia só ganha no desemprego, porque tem a maior taxa de desemprego do país. “Na prática, o que estamos vendo é que essa política de incentivos não tem funcionado, muito por conta da falta de uma boa gestão que incentive a geração de emprego. Faltam critérios claros e transparentes destes incentivos concedidos”.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que sou obrigado a encaminhar o voto contrário a esse empréstimo.

Mas quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que é absurdo do governador defender a imoralidade de fechar escolas estaduais localizadas na zona rural no período da colheita das safras agrícolas, com objetivo de crianças e adolescentes poderem ajudar os pais durante a colheita.

Será que está certo, governador, V. Ex.^a defender, por via oblíqua ou transversa, o trabalho infantil? E me recordo, deputado Rosemberg, que por inspiração da primeira-dama Ruth Cardoso, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Peti, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que tanta notoriedade trouxe para o Brasil, à época, retirando as crianças das colheitas, das carvoarias, das pedreiras.

Agora o governador Rui Costa quer retroagir, fazendo apologia do trabalho infantil, sob alegação de que incautos alunos, crianças e adolescentes, trabalhem para ajudar no sustento familiar.

Sr. Presidente, bom seria que o governador tomasse consciência do seu papel de estadista, do seu papel de fomentador da economia baiana e adotasse, lá no seu município, no nosso município, em todos os municípios da Bahia, notadamente naqueles com esse perfil agrícola, a escola de tempo integral. Aí, sim, ele estaria deixando a criança no contraturno, em vez de levar para a colheita. E sobraria tempo para os papais, as mães fazerem as colheitas no lugar das crianças.

Lugar de criança é na escola. Não se aprende fazendo a colheita. A colheita que a criança precisa fazer é a colheita do saber. E não se faz a colheita do saber de outra forma que não seja na escola ou lendo, através da leitura dos livros. Então, é uma pena que o governador apequene o seu governo dessa forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados...

O Sr. Targino Machado (fora do microfone): Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino. Estou aqui para escutar V. Ex.^a. Pois não.

O Sr. Targino Machado: É que V. Ex.^a está acelerado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não. Só terminado o procedimento técnico...

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a até me causou, agora, um acesso de tosse. (Risos) Olhe para isso, o cuidado do amigo, colega, me pedindo, me recomendando passar a mão no cabelo.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria que V. Ex.^a pudesse mandar consertar aquela saída daquele ar-condicionado, porque ninguém suporta aquilo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu vou orientar...

O Sr. Targino Machado: Eu recomendaria a V. Ex.^a que as saídas fossem para cima, até porque, deputada Fabíola, com a saída para cima, do ar, a ventilação não viria em cima da cima da gente, e quem mais sofre somos nós que estamos aqui na Oposição, porque lá eles estão protegidos. Aqui parece que o...

(A Sr.^a Deputada Fabíola Mansur fala fora do microfone.)

É. Mas as mulheres são mais protegidas à sensibilidade.

Então, Sr. Presidente, colocando a ventilação para cima, não prejudica em nada a climatização, porque o ar frio é mais pesado do que o ar quente e desce.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Isso aí.

O Sr. Targino Machado: E vai climatizar o ambiente de igual modo. E não traz essa dificuldade para nós todos.

Então, eu gostaria de solicitar a V. Ex.^a uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Targino Machado: Que V. Ex.^a possa zerar o painel, abrir o tempo regimental, fazer a chamada dos deputados ausentes, convidá-los para virem, não precisam vir correndo, porque o serviço médico já deve estar fechado, para evitar acidentes, que são absolutamente previsíveis. Podem vir devagarzinho, porque, afinal de contas, são 25 minutos que eles vão ter para fazer o trajeto dos seus gabinetes, do estacionamento, de todos os locais do Palácio Luís Eduardo Magalhães e os seus anexos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido. Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sem muitas delongas, peço para V. Ex.^a marcar o tempo regimental e convocar todos os deputados para que se façam presentes aqui, que estamos para votar o empréstimo importante para melhorar a estrutura fiscal do estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Targino Machado e Rosemberg Pinto. Eu convoco e convido todos os deputados que estejam presentes em quaisquer das dependências deste Poder para que se façam presentes no Plenário, onde há um pedido de verificação de quórum de votação.

Zerem o painel e marquem os 25 minutos.

Deputados e deputadas, eu queria pedir 1 minuto da atenção de cada um dos senhores. Nós temos aqui mais um projeto que será apreciado hoje. Queria contar com a colaboração de todos os senhores para que se façam presentes aqui no Plenário. (Lê)

“Os Líderes dos Blocos da Maioria e da Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Ex.^a, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução nº 2.780/2019, de autoria do Deputado Aderbal Fulco Caldas, que ‘Concede a Medalha Dois de Julho...’ ao nosso nobre ex-colega “(...) Edmon Lucas, e dá outras providências”.

É uma justa homenagem, é fundamental que a gente espere um pouco, porque assim que terminar essa votação, nós vamos convocar uma sessão extraordinária e rapidamente iremos proceder à votação. É uma homenagem a um grande parlamentar, que fez...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) um grande trabalho aqui, foi secretário, enfim. Um homem – quem conviveu com ele sabe – de um coração extraordinário e extremamente generoso. Deputado...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, só lembrando que nessa sessão tem que votar o segundo turno dos dois projetos anteriores e tal. E eu queria pedir a cada um dos deputados... Exatamente fazendo esse apelo, porque essa honraria ao ex-deputado Edmon Lucas, que inclusive passou recentemente por um procedimento de saúde e tal... E eu acho que merece desta Casa... Então tem todo o apreço de todos nós aqui para que possamos votar hoje, em caráter de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Tem número legal, em votação. Os Srs. Deputados...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para encaminhar, deputado Targino.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, não posso deixar de encaminhar...

Encaminhamento do voto da Bancada da Oposição ao PL nº 23.422/2019

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, não posso deixar de encaminhar, embora sabendo qual será o destino final desta votação, mas preciso deixar registrada a posição da nossa bancada, a Bancada da Oposição. E, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero agradecer a todos e a cada um dos deputados da Bancada da Oposição, pela forma brava, honrada e guerreira com que se comportou aqui nesta Casa na tarde e noite do dia de hoje.

Então, a Oposição encaminha o voto contrário a esse projeto de famigerado empréstimo, que só vai aprofundar a condição de pagamento do estado junto ao Tesouro Nacional.

Encaminhamento do voto da Bancada do Governo ao PL nº 23.422/2019

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para encaminhar, o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, encaminho o voto “sim” pela aprovação do empréstimo, desde já agradecendo a todos os deputados e deputadas que participaram desse debate, tanto nas comissões quanto aqui nesta sessão. E lembrando que amanhã teremos votação aqui do outro projeto do Executivo e também dos projetos de deputados. Nós vamos fazer uma seleção amanhã pela manhã. Todos os deputados do Governo procurem Priscila, para que a gente possa apresentar sugestões dos projetos. E lembrando que terão prioridade os deputados que não tiveram projetos aprovados ainda nessa legislatura.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu queria aproveitar para agradecer aos dois líderes, tanto da Maioria como da Minoria. E, agradecendo a eles, estendo o agradecimento a todos os parlamentares que tiveram a sensibilidade de nós, hoje, construirmos um acordo importante. Nós estamos concluindo aqui a votação do empréstimo e também dos projetos oriundos dos parlamentares, tornando assim uma rotina na nossa Casa votar projetos de autoria dos deputados.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Lembrando também que amanhã é aniversário do deputado Targino, e que ele vai depois, amanhã, dizer qual é o local, o restaurante, para que a gente possa, junto com ele, brindar esse momento.

O Sr. Targino Machado: Eu posso dizer mesmo, Excelência? (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Claro que pode, deputado Targino. Esse microfone aqui é extremamente democrático.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, eu acho que o deputado Targino deveria, sim, brindar a gente, hoje à noite, véspera do seu aniversário, já que obstruiu tanto a sessão. Mas eu quero aproveitar a questão de ordem para dizer, líderes, que votem amanhã o projeto de iniciativa de deputadas. Inclusive nós já tiramos a foto hoje para garantir. Então, é só V. Ex.^a pautar esses projetos, que estamos desde março esperando para que fossem votados.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com o maior prazer.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Antes que V. Ex.^a proceda, tome a votação, eu gostaria... (Intervenção fora do microfone.)

Levar pra onde, rapaz? Nesse lugar eu não vou, porque minha mulher não me deixa ir nesse lugar. (Risos)

Se minha mulher não deixa, eu vou fazer o quê? Eu sou obediente, rapaz.

Parlamentar não identificado: Levar pra onde?

O Sr. Targino Machado: Para esse negócio que falaram aí. Eu não quero nem pronunciar esse nome.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Leal): A igreja, a igreja. (Risos)

O Sr. Targino Machado: Se minha mulher sonhar que eu pronunciei... Eu passo na frente, indo pra casa, olhando para o lado assim...

Sr. Presidente, brincadeiras à parte, eu gostaria aqui de apelar para todos os Srs. Deputados, de forma especial para o deputado Rosemberg e para V. Ex.^a. Todos aqui conhecem qual é o meu pensamento a respeito do rito de todos os projetos, de todas as proposições nesta Casa, mas existem momentos na vida da gente em que existem situações, circunstâncias e oportunidades que nos forçam a abrir precedentes.

Temos diante de nós, no momento, uma oportunidade de... Mesmo que grandes não formos, nós precisamos nos agigantar, para ficar à altura do grande colega, do grande colega médico, colega deputado, grande amigo, grande pai de família, que é o ex-deputado Edmon Lucas. O rito de votação dessa honraria é votação secreta, o rito é esse, obedecendo quórum de votação. E eu gostaria de sugerir, de pedir ao líder Rosemberg, que possamos, com a aquiescência de V. Ex.^a, abrir mão do rito de votação e... Com certeza, por unanimidade da Casa, se os 63 aqui estivessem, nós nos multiplicaríamos por 10 para cada um dar, pelo menos, 10 votos, que é um voto de reconhecimento ao cidadão da mais alta envergadura pessoal, da mais alta estatura moral, que é o meu colega médico Edmon Lucas. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já que tem a aquiescência do líder Rosemberg, acatarei a questão de ordem de V. Ex.^a.

O Sr. Targino Machado: Muito obrigado, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação. Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição aqui presentes, **em discussão única**.

PROJETO DE LEI Nº 23.422/2019

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o valor equivalente a US\$40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares americanos), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão da garantia da União.

Parágrafo único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - PROFISCO II/BA.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º - As garantias e contra garantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular na forma dos arts. 157 e 159, completadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, e nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Nós acabamos de aprovar o Projeto de Lei nº 23.422/2019...

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deixe-me só eu terminar a leitura.

(...) com os votos da Bancada da Maioria a favor e os votos contrários dos deputados da Oposição aqui presentes.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, registro o meu voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado Hilton. E o voto do deputado Hilton contrário.

Eu convoco uma sessão extraordinária para apreciar os seguintes projetos: Projeto de Resolução nº 2.780/2019; Projeto de Lei nº 23.230/2019 e o Projeto de Lei nº 22.757/2018.

Como não consta mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.